

CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS 2021

Relatório de Atividades e de Gestão 2021



Consolidação de Contas 2021

Índice

1. Relatório de Gestão Consolidado
2. Balanço Consolidado
3. Demonstração de Resultados Consolidada
4. Demonstração do Património Líquido Consolidada
5. Demonstração de Fluxos de Caixa Consolidada
6. Demonstrações Orçamentais
 - 6.1 Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental
 - 6.2 Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por Natureza
7. Anexo às Demonstrações Financeiras e Orçamentais Consolidadas
8. Certificação Legal de Contas

Relatório de Atividades e de Gestão 2021



Consolidação de Contas 2021

1

Relatório de Gestão Consolidado

Relatório de Atividades e de Gestão 2021



1. INTRODUÇÃO

O Município de Matosinhos, tal como muito outros em Portugal nos últimos vinte anos, recorreu a formas organizacionais diversas, nomeadamente de natureza empresarial, numa lógica de grupo municipal, tendo constituído duas empresas municipais para o desenvolvimento das suas atribuições e competências: em 1999, a MatosinhosHabit – MH, Empresa Municipal de Habitação de Matosinhos, EM, que, sob a tutela da Câmara Municipal Matosinhos, teria como objeto social a gestão patrimonial, social e financeira dos empreendimentos e outros fogos do património da Empresa e do Município; e, no ano 2002, a MS – Matosinhos Sport, Empresa Municipal de Gestão e Equipamentos Desportivos e Lazer, E.M., que visaria assegurar o planeamento, a administração, a gestão e a manutenção de espaços e equipamentos desportivos da autarquia, bem como de promover e realizar atividades de animação desportiva e programas municipais de fomento desportivo.

Mais recentemente, em 2021, por força do Decreto-Lei n.º 151/2019, de 11 de outubro, operou-se a intermunicipalização definitiva da exploração, pela Sociedade de Transportes Coletivos do Porto (STCP), do serviço público de transporte de passageiros na área metropolitana do Porto, que, entre outras medidas, determinou a transmissão integral do capital social da STCP do Estado para os municípios de Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Valongo e Vila Nova de Gaia. Por efeito da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 151/2019 e da transmissão de ações, a STCP deixou de ser uma empresa integrante do setor empresarial do Estado e passou a ser uma empresa local, conforme previsto no artigo 19.º no regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto («RJAE»), pelo que a partir desse momento passou a reger-se pelo disposto nesse Regime e nas regras especiais constantes do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 151/2019.

Neste contexto se compreende que a análise das contas individuais não permite uma visão global da situação financeira do grupo municipal. Atendendo à necessidade de avaliação integrada do conjunto das atividades desenvolvidas e à necessidade de objetividade e transparência da informação, a apresentação de contas consolidadas torna-se imperativa.

Esta ferramenta de gestão tem como objetivo elaborar as demonstrações económicas e financeiras de um conjunto de entidades ligadas entre si como se de uma única entidade se tratasse, procurando dar uma imagem apropriada e verdadeira da situação financeira e dos resultados do grupo municipal, permitindo uma análise e avaliação das políticas públicas locais.

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, determina a obrigatoriedade da consolidação de contas. De facto, o n.º 1 do artigo 75.º preconiza que “Sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas”.

2. PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

De acordo com o estabelecido no artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, diploma que aprovou o Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, o grupo autárquico é composto pelo município e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades. A existência ou presunção de controlo afere-se relativamente às entidades de natureza empresarial, pela sua classificação como empresas locais e relativamente a entidades de outra natureza, pela sua verificação casuística e em função das circunstâncias concretas, por referência aos elementos de poder e resultado.

Ponderados todos estes fatores, concluiu-se que grupo autárquico engloba o Município de Matosinhos e as duas empresas municipais detidas a 100% (MatosinhosHabit - MH, EM e MS - Matosinhos Sport, EM), assim como a Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, E.I.M., S.A., detida em 11,98% pelo Município de Matosinhos.

A Matosinhos Sport, empresa municipal de desporto, foi constituída com o objetivo de proporcionar um serviço de qualidade na gestão e manutenção dos equipamentos desportivos e, através dos programas municipais de fomento desportivo, incentivar a prática desportiva da generalidade dos cidadãos. Partindo deste pressuposto e procurando incrementar, melhorar e diversificar continuamente a oferta desportiva, a Matosinhos Sport, hoje denominada MS - Matosinhos Sport, Empresa Municipal de Gestão e Equipamentos Desportivos e de Lazer, E.M., S.A., apoia, de forma criteriosa, o fomento desportivo e colabora ativamente com a Câmara Municipal de Matosinhos no campo do associativismo desportivo.

A MatosinhosHabit-MH, Empresa Municipal de Habitação de Matosinhos, EM, tem como objeto social a gestão patrimonial, social e financeira dos empreendimentos e outros fogos do património da empresa e do município, a promoção da conservação e da manutenção do parque habitacional privado, em sede designadamente de vistorias de salubridade, sendo responsável pela gestão de parque habitacional propriedade da Câmara Municipal de Matosinhos num total de mais de 4320 fogos distribuídos por todas as freguesias do concelho.

A Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, E.I.M., S.A. tem como atividade principal o transporte coletivo público rodoviário de passageiros em regime de exclusividade dentro dos limites do concelho do Porto, e no regime geral de concorrência nos concelhos limítrofes integrados na Área Metropolitana do Porto – Matosinhos, Maia, Valongo, Gondomar e Vila Nova de Gaia. Explora o modo autocarro e o modo carro elétrico.

A informação de carácter contabilístico produzida, individualmente, por estas entidades é considerada suficiente para revelar a situação económica e financeira de cada uma delas, mas não permite traduzir, de uma forma verdadeira e apropriada, a situação económica e financeira do grupo enquanto agregado.

3. MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO

O método adotado na consolidação de contas do município de Matosinhos foi o método de consolidação integral relativamente às entidades detidas a 100% (Matosinhos Habit e Matosinhos Sport) o qual consiste na integração no balanço e demonstração de resultados da entidade consolidante dos elementos respetivos dos balanços e demonstrações de resultados das entidades consolidadas. Este método preconiza a integração dos diferentes elementos que constam das demonstrações financeiras das empresas consolidadas no balanço e demonstração de resultados da empresa consolidante. Já no que se refere à STCP, detida em 11,98% pelo Município de Matosinhos, foi utilizado como método de consolidação o método de equivalência patrimonial, nos termos conjugados do parágrafo 5 da NCP 23, dos artigos 7º e 19º da Lei 50/2012, de 31 agosto e da Lei n.º 73/2013, de 30 de setembro. O método da equivalência patrimonial consiste basicamente na substituição no balanço da entidade consolidante do valor contabilístico das partes de capital por ela detida pelo valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios da entidade participada.

Subsequente a esta integração, são eliminadas todas as operações intragrupo, ou seja, operações entre as entidades que compõem o perímetro de consolidação, evitando-se desta forma, duplicação de valores.

As demonstrações financeiras consolidadas do Município foram elaboradas de acordo com Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, tendo sido aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

Das entidades que pertencem ao Grupo Municipal de Matosinhos, apenas o Município de Matosinhos e a empresa Matosinhos Habit, EM utilizam o SNC-AP, sendo que as restantes entidades preparam as demonstrações financeiras no quadro do SNC aplicável às entidades em geral. Como tal, para efeitos das demonstrações financeiras consolidadas, procedeu-se à reclassificação das contas de SNC para o SNC-AP.

Porém, importará ressaltar que o presente relatório não contém informações da contabilidade de gestão de acordo com a NCP 27, uma vez que, apesar de todas as entidades do grupo autárquico terem implementada a contabilidade de gestão, ainda não cumprem com a referida norma em toda a sua extensão e plenitude, o que impede de consolidar a este nível.

Quanto à consolidação orçamental, já foi possível apresentar relativamente ao ano 2021 demonstrações orçamentais consolidadas dado que, no corrente exercício, a Matosinhos Habit, entidade pública reclassificada que integra o perímetro de consolidação, preparou já as suas demonstrações financeiras de acordo com o SNC-AP.

4. ANÁLISE PATRIMONIAL

4.1. Enquadramento macroeconómico

A atividade económica em Portugal, já em 2008, mas sobretudo a partir de 2009, foi fortemente condicionada pela propagação dos efeitos da crise financeira e económica internacional, que se fez sentir, igualmente, nos principais parceiros comerciais do nosso país. A quebra das receitas do Estado e, em geral, o funcionamento dos estabilizadores automáticos, a par das medidas, concertadas entre os vários Estados-membros da União Europeia, de estímulo à economia e de apoio às empresas, aos desempregados e às famílias, tiveram consequências negativas sobre as contas públicas de todos os países. Portugal não foi exceção, pelo que o processo de consolidação orçamental foi interrompido em 2008, em grande parte devido a uma significativa diminuição das receitas fiscais.

A economia portuguesa esteve desde 2011, e até maio de 2014, sob influência do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF) acordado entre o governo português e o FMI, a Comissão Europeia e o BCE. Este programa incorporou uma estratégia que visava corrigir os desequilíbrios macroeconómicos e financeiros e proceder a uma alteração estrutural da economia portuguesa, criando as condições para um crescimento económico sustentado e gerador de emprego. O súbito e substancial agravamento das condições de financiamento da economia portuguesa em 2011, conjugada com altos níveis de endividamento, impôs substituir financiamento privado por financiamento oficial. A consolidação orçamental, conjugada com um rápido ajustamento por parte das empresas e das famílias portuguesas, conduziu a uma forte contração da procura interna tanto do lado do consumo (público e privado), como, e especialmente, do lado do investimento. Este efeito de compressão da procura interna resultou num ajustamento mais rápido que o previsto dos saldos negativos da balança corrente, quer por via da redução das importações quer pelo aumento das exportações, em parte associado ao esforço das empresas portuguesas na procura de novos mercados para colocação dos seus produtos, sendo de destacar o contributo relevante de empresas surgidas ao longo da última década. Assim, apesar do contexto internacional desfavorável em que foi implementado o PAEF, há que registar uma correção assinalável dos desequilíbrios económicos internos e externos da economia portuguesa, a consolidação estrutural muito significativa das contas públicas, a melhoria do saldo das contas externas, traduzida numa capacidade líquida de financiamento da economia portuguesa, bem como uma reafecção de recursos no sentido dos setores produtores de bens e serviços transacionáveis.

O ano 2014 ficou marcado por um aumento de 0,9% do PIB (face a -1,6% em 2013), a primeira variação positiva registada desde 2010. Em 2015 manteve-se a recuperação gradual da atividade económica iniciada em 2013, registando-se um crescimento do PIB de 1,5%, em termos reais, caracterizada, essencialmente, por um maior crescimento da procura interna, em particular do consumo privado, e por uma ligeira desaceleração das exportações. Já no ano 2016, a atividade

económica apresentou um crescimento moderado, prolongando o perfil de desaceleração iniciado na segunda metade de 2015. Mas, a evolução do mercado de trabalho em 2016 caracterizou-se por um aumento do emprego acima do Valor Acrescentado Bruto, mantendo-se o perfil de recuperação verificado a partir do 2.º trimestre de 2013. Embora permaneça em níveis elevados, observou-se uma redução de 1,3 p.p. da taxa de desemprego, num quadro de dinamismo salarial superior ao registado nos anos anteriores.

Em 2017 o PIB cresceu em termos reais 2,7%, valor próximo do observado na média da área do euro, fruto de um enquadramento externo muito favorável, tendo sido as exportações e o investimento os motores da aceleração da economia portuguesa. No mercado de trabalho, registou-se o aumento da população ativa, após seis anos consecutivos de queda. O emprego aumentou 3,3%, a taxa de desemprego reduziu-se de 11,1% para 8,9%, mas a produtividade por trabalhador no conjunto da economia continuou a diminuir. Já em 2018 o PIB cresceu, em termos reais, 2,1%, num contexto de desaceleração generalizada na área do euro, refletindo essencialmente um crescimento do emprego, mas não por um aumento da produtividade. O processo de ajustamento macroeconómico prosseguiu, designadamente na sua vertente de redução do endividamento dos vários setores da economia e, por esta via, dos desequilíbrios acumulados no passado. Em 2019, a economia portuguesa continuou a registar uma expansão, embora desacelerando pelo segundo ano consecutivo. Há, assim, a realçar que a economia portuguesa registou em 2019 o sexto ano consecutivo de expansão económica. Porém, as exportações desaceleraram e foi a procura interna o motor do crescimento económico, suportada pela manutenção de condições financeiras favoráveis e melhorias no mercado de trabalho. O crescimento do PIB e do PIB per capita em Portugal continuou a ser superior ao da área do euro. Um traço marcante da economia portuguesa em 2019, que contrasta com os anos anteriores, foi o aumento significativo da produtividade aparente do trabalho, em particular, nos serviços. Quanto ao setor das administrações públicas, verificou-se em 2019 uma melhoria do saldo orçamental para uma situação de excedente, determinado pela diminuição significativa dos encargos com o serviço da dívida e pelo contributo positivo da atividade económica, dado o crescimento do PIB acima do produto potencial.

Esta realidade económica foi, entretanto, alterada de forma abrupta e dramática pela crise pandémica no final do primeiro trimestre de 2020. Esta crise constituiu um choque negativo de grandes proporções sobre a saúde pública mundial, com consequências igualmente muito adversas na situação económica dos países, que são ainda difíceis de apreciar na sua globalidade. Pese embora a resposta política, quer a nível nacional, quer municipal, tenha sido rápida e decisiva, procurando suportar a saúde e rendimento das famílias mais afetadas e garantir que a atividade económica pudesse ser retomada com o mínimo de disrupção, os efeitos negativos profundos e potencialmente prolongados no tempo, que perturbarão o processo de ajustamento da economia portuguesa, são uma inevitabilidade.

A apresentação do documento de prestação de contas deste ano surge num dos momentos mais críticos de que existe memória. Desde o primeiro trimestre de 2020 que todo o mundo e, em particular, o continente europeu, encontra-se a combater uma pandemia provocada pela doença COVID-19 em consequência de um vírus detetado, em dezembro de 2019, num hospital em Wuhan, na província de Hubei. Para o efeito, sobretudo em 2020, foram levadas a cabo diversas restrições, suspensões e encerramentos para garantir as medidas indispensáveis à contenção da infeção, tendo a Câmara Municipal de Matosinhos ativado o seu Plano de Contingência nos primeiros dias de março de 2020, um dia depois da deteção do primeiro caso no concelho vizinho do Porto. No dia 18 de março de 2020, foi declarado pelo Presidente da República o estado de emergência, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública, através do Decreto do Presidente da República n.º 14-A/2020, de 18 de março, tendo a declaração do estado de emergência sido alterada para calamidade no início de maio desse mesmo ano.

A execução orçamental, quer em 2020, quer em 2021, foram manifestamente afetadas por estes efeitos. A prioridade, numa fase inicial, concentrou-se na prevenção da doença e contenção da pandemia que afetou particularmente a região do Grande Porto em que Matosinhos se insere, encerrando serviços e suspendendo licenças de ocupação de espaço público e outras atividades económicas. Sem comprometer as medidas de contenção da pandemia, emergiu a necessidade de aprofundamento das medidas excecionais de apoio às famílias, instituições e microempresas, assim como agentes culturais, medidas essas que tiveram reflexo direto nas rubricas das transferências correntes, de aquisição de bens e serviços e de perda de receitas municipais.

Em 31/03/2020, a Câmara de Matosinhos aprovou a constituição de um Fundo de Emergência Municipal, que se manteve operacional ao longo de todo o ano de 2021, e que constituiu uma resposta de exceção num momento também ele excecional, com vista à minimização de situações de precariedade económica provocadas pela interrupção económica e prevenção do endividamento para cumprimento de responsabilidades elementares, contribuindo para o aumento dos indicadores de confiança dos consumidores e investidores para manter decisões dos agentes económicos assim que fossem novamente flexibilizadas as restrições ao normal funcionamento do mercado.

Após a queda de 8,4% em 2020, o PIB cresceu 4,9%, situando-se no último trimestre 1,4% abaixo do valor pré-pandemia. Quanto aos principais agregados da despesa, o consumo privado e as exportações totais situavam-se próximos do valor do final de 2019, enquanto o consumo público, a Formação Bruta de Capital Fixo (isto é, o investimento corrente em ativos fixos) e as importações se situavam acima. O perfil intra-anual foi marcado por uma redução da atividade no início do ano – reflexo de uma nova vaga da pandemia e confinamento geral – e por uma forte recuperação nos trimestres seguintes, impulsionada pelo aumento da confiança associado aos progressos na vacinação e não obstante os constrangimentos da oferta. No último trimestre, o ritmo de crescimento reduziu-se, na sequência de uma nova variante do vírus e da adoção de novas medidas de contenção.

Após uma quase estabilização em 2020, o consumo público cresceu 4,1% em termos reais em 2021. Esta evolução reflete uma aceleração do emprego público, sobretudo nas áreas da saúde e da educação. O número de horas trabalhadas nas administrações públicas também aumentou face ao ano anterior, em resultado da normalização do funcionamento dos serviços públicos e de um maior recurso ao trabalho suplementar. Os montantes despendidos com a aquisição de bens e serviços diretamente relacionados com a pandemia, incluindo com o processo de vacinação e testes diagnóstico, foram igualmente mais elevados do que em 2020. O impacto mais significativo da pandemia na economia portuguesa reflete, em larga medida, o maior peso das exportações de turismo mais afetadas por esta crise. Em contraste, a evolução da FBCF foi mais positiva em Portugal, refletindo a componente de construção e, por setor institucional, o contributo do investimento empresarial e das administrações públicas.

A inflação aumentou em 2021 para 0,9%, devido principalmente à evolução dos preços dos bens energéticos e em resultado de pressões externas. A taxa de variação do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) aumentou 1,0 pp face a 2020. Em termos médios anuais, observou-se uma subida dos preços dos bens industriais não energéticos, após vários anos de diminuições, enquanto os preços dos serviços apresentaram uma variação nula. O aumento da inflação foi-se acentuando e generalizando ao longo do ano. O diferencial negativo de inflação face à área do euro acentuou-se sobretudo devido aos preços dos bens energéticos, refletindo diferenças na estrutura e funcionamento desses mercados, onde Portugal apresenta uma posição deficitária.

As perturbações causadas pela subida dos preços dos produtos energéticos e pela escassez de alguns bens essenciais na atividade económica mundial representam um novo desafio, com consequências negativas na atividade e, sobretudo, nas taxas de inflação. A invasão da Ucrânia pela Rússia em finais de fevereiro de 2022 contribui para intensificar as pressões inflacionistas e para limitar o dinamismo económico na área do euro e em Portugal. O conflito veio agravar a subida de preços das matérias-primas energéticas e de diversos bens primários. O impacto negativo sobre a atividade decorre também da redução da confiança das famílias e dos empresários, da turbulência nos mercados financeiros, bem como dos efeitos das sanções impostas à Rússia sobre os fluxos comerciais e financeiros. A instabilidade geopolítica implica que a magnitude do impacto económico do conflito é incerta, envolvendo o risco de materialização de cenários mais adversos.

Uma última nota para destacar, entre as medidas excecionais vigentes no ano em apreço, que o exercício das empresas locais relativo ao ano de 2021, que tenha sido comprovadamente afetado pela situação de emergência decorrente da pandemia de COVID-19, não releva para a verificação das situações que determinam a sua dissolução obrigatória, de acordo com a Lei n.º 6/2020, de 10 de abril, na sua atual redação. Será ainda de realçar que, nos termos deste mesmo normativo, no ano de 2021 foi suspensa a aplicação da regra do equilíbrio orçamental. Por outro lado, e no que respeita ao endividamento, por força do artigo 2.º da Lei n.º 35/2020, de 13 de agosto, foram alteradas as regras aplicáveis às autarquias locais, para os anos de 2020 e 2021,

deixando de se aplicar excecionalmente nestes dois anos, o limite previsto na alínea b) do n.º 3 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Apesar de tudo, e como poderemos constatar ao longo do presente documento e de acordo com as demonstrações financeiras, o desempenho do grupo municipal em 2021 foi globalmente positivo.

4.2 Análise do Balanço

O Balanço pretende retratar a estrutura económico-financeira, apresentando a situação do património do Grupo Autárquico à data de encerramento do exercício 2021, dando a conhecer, por um lado, o Ativo do Grupo, constituído pelos bens e direitos que representam a aplicação de fundos, isto é, a sua estrutura económica, e, por outro lado, o Passivo e o Património Líquido do Grupo que representam a estrutura financeira, ou seja, a origem de fundos.

Pela análise do Balanço resumido apresentado no Quadro n.º 1, constata-se que enquanto o Ativo e o Património Líquido verificaram um crescimento de 6,26% e 5,08% respetivamente, o Passivo registou em 2021 um aumento, face a 2020, de 17,68%. A tal facto não é alheio o recurso ao financiamento bancário, como já se viu anteriormente.

O Balanço Consolidado quando comparado com o Balanço individual do Município de Matosinhos permite verificar o forte peso do enquanto entidade-mãe, cuja representatividade é superior a 99,6% e, como tal, responsável pela apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do grupo.

Em 2021 o ativo das contas consolidadas do Município de Matosinhos atingiu os 754,7 milhões de euros, o que representa um aumento de 44,5 milhões de euros face ao ano anterior (6,26%). Do total do ativo, 88,7% constitui o ativo não corrente e 11,3% o ativo corrente.

Os ativos não correntes, correspondem, *lato senso*, ao que anteriormente se designava por Imobilizado, que englobava os bens de domínio público, as imobilizações incorpóreas, corpóreas e os investimentos financeiros. Com a entrada em vigor do SNC-AP os ativos não correntes foram reorganizados de forma diversa, desagregando-se em ativos fixos tangíveis, em propriedades de investimento, ativos intangíveis e participações financeiras. Enquanto se verifica uma relativa correspondência entre os ativos intangíveis e as antigas imobilizações incorpóreas, assim como entre os investimentos financeiros e as participações financeiras, o mesmo já não se passa em relação às restantes contas, pelo que parte dos ativos foi objeto de reclassificação como propriedades de investimento, considerando-se como tal os ativos que geram benefícios económicos futuros ou potencial de serviço. As propriedades de investimento identificadas correspondem ao montante de 3,2 milhões de euros.

Os ativos fixos tangíveis representam 85,1% do total do ativo, tendo registado um aumento de 23 milhões de euros face ao ano 2020. Este aumento deve-se essencialmente, como se poderá constatar na nota 5 do Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas (doravante ADFC), ao

facto das adições (aquisições) de ativos ter sido superior nesse montante às depreciações e diminuições ocorridas no período.

Já ao nível das participações financeiras, há que registar um aumento de 16,7 milhões de euros decorrente do processo de intermunicipalização da STCP. No final do 3º trimestre de 2021, após ajuste nas rubricas de capital próprio decorrentes da aplicação do Decreto-Lei nº 151/2019, o capital próprio da Sociedade passou de -313.484.926,63€ a 31 de dezembro de 2020, para 128.122.757,82€ a 30 de setembro de 2021. Esta variação justificava-se essencialmente pelos seguintes movimentos decorrente da aplicação do Decreto-Lei nº 151/2019:

1. Desreconhecimento da dívida histórica da STCP por contrapartida dos Resultados Transitados (cobertura de prejuízos) no montante de 423.294.129,16€;
2. Desreconhecimento do valor referente a Fundo de Pensões em Balanço a 31 de dezembro de 2020, no valor de 287.060,00€, por contrapartida de Resultados Transitados (cobertura de prejuízos);
3. Conforme previsto na Portaria nº 761/2019, que prevê que o Estado assumira as obrigações inerentes a investimentos já aprovados nos anos de 2017, 2018 e 2019 a realizar em 2020 e 2021, foi reconhecido um ativo corrente em Outros Créditos a Receber, que no final do 3º trimestre correspondia ao montante de 19.068.972,75€, por contrapartida de Resultados Transitados (cobertura de prejuízos);
4. Desreconhecimento de dois imóveis identificados no Anexo I do Decreto-Lei nº 151/2019, catalogados em propriedades de investimento, que haviam sido já entregues ao Estado (terrenos na Maia e Gondomar).

Assim, a 30 de setembro de 2021, o capital próprio da Sociedade era de 128.122.757,82€, o que correspondia a 39,8% do Capital Social, que era, a essa mesma data, de 322.080.560,00€, pelo que o capital próprio da sociedade era inferior a metade do capital social, situação que, nos termos do que dispõe o nº 1 do Artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), determina a deliberação dos sócios numa de várias alternativas possíveis:

- a) A dissolução da sociedade;
- b) A redução do capital social para montante não inferior ao capital próprio da sociedade, com respeito, se for o caso, do disposto no n.º 1 do artigo 96.º;
- c) A realização pelos sócios de entradas para reforço da cobertura do capital

Os Acionistas, reconhecendo que a Sociedade se encontrava, desde há algum tempo, na situação prevista no artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais, deliberaram por unanimidade, com efeitos a 31 de dezembro de 2021, proceder à redução do capital social da Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, E.I.M., S.A., no montante de 232.080.560,00€, passando o capital social do montante de 322.080.560,00€ para o montante de 90.000.000,00€, para efeitos de cobertura de prejuízos.

Quadro n.º 1

Síntese da Estrutura do Balanço Consolidado

(Un: Euros)

Rubricas	2021	2020	Variação 2021/20	Variação 2021/20
ATIVO				
Ativo não corrente	669 278 342,16	628 710 138,41	40 568 203,75	6,45%
Ativos fixos tangíveis	642 374 346,71	619 349 545,75	23 024 800,96	3,72%
Propriedades de investimento	3 163 273,32	3 307 895,33	-144 622,01	-
Ativos intangíveis	1 482 751,12	328 820,63	1 153 930,49	350,93%
Participações financeiras	20 472 667,74	3 779 781,00	16 692 886,74	441,64%
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	16 213,79	16 213,79	0,00	0,00%
Outros ativos financeiros	64 005,11	20 906,15	43 098,96	-
Diferimentos	29 025,32	0,00		
Outras contas a receber	1 676 059,05	1 906 975,76	-230 916,71	-12,11%
Ativo corrente	85 461 564,08	81 541 961,93	3 919 602,15	4,81%
Inventários	80 783,33	100 623,19	-19 839,86	-19,72%
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	3 164 910,68	1 703 084,50	1 461 826,18	85,83%
Clientes, contribuintes e utentes	599 264,41	415 975,35	183 289,06	44,06%
Estado e outros entes públicos	186 717,72	159 823,18	26 894,54	16,83%
Outras contas a receber	42 997 585,91	43 302 153,05	-304 567,14	-0,70%
Diferimentos	323 991,77	315 099,27	8 892,50	2,82%
Caixa e depósitos	38 108 310,26	35 545 203,39	2 563 106,87	7,21%
Total Ativo	754 739 906,24	710 252 100,34	44 487 805,90	6,26%
PATRIMÓNIO LÍQUIDO				
Património Líquido				
Património/Capital	479 654 521,76	479 652 264,56	2 257,20	0,00%
Reservas	3 478 813,76	3 478 813,76	0,00	0,00%
Resultados transitados	39 122 098,40	36 113 879,54	3 008 218,86	8,33%
Ajustamentos em ativos financeiros	-21 929 688,49	0,00	-21 929 688,49	-
Outras variações no património líquido	172 500 497,86	121 130 036,39	51 370 461,47	42,41%
Resultado líquido do período	3 475 379,52	3 222 421,29	252 958,23	7,85%
Total Património Líquido	676 301 622,81	643 597 415,54	32 704 207,27	5,08%
PASSIVO				
Passivo não corrente	54 786 138,61	43 586 029,58	11 200 109,03	25,70%
Provisões	10 343 054,58	11 429 663,02	-1 086 608,44	-9,51%
Financiamentos obtidos	39 036 171,92	30 190 081,59	8 846 090,33	29,30%
Diferimentos	5 400 059,05	1 843 664,95	3 556 394,10	192,90%
Outras contas a pagar	6 853,06	122 620,02	-115 766,96	-94,41%
Passivo corrente	23 652 144,82	23 068 655,22	583 489,60	2,53%
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis	6 150,00	10 710,00	-4 560,00	-42,58%
Fornecedores	1 658 683,75	1 048 563,81	610 119,94	58,19%
Estado e outros entes públicos	171 086,25	497 069,31	-325 983,06	-65,58%
Financiamentos obtidos	2 904 050,81	5 075 715,78	-2 171 664,97	-42,79%
Fornecedores de investimentos	585 664,36	126 335,75	459 328,61	363,58%
Outras contas a pagar	18 112 114,78	13 168 620,52	4 943 494,26	37,54%
Diferimentos	214 394,87	3 141 640,05	-2 927 245,18	-93,18%
Total Passivo	78 438 283,43	66 654 684,80	11 783 598,63	17,68%
Total Património Líquido e Passivo	754 739 906,24	710 252 100,34	44 487 805,90	6,26%

As dívidas de terceiros de curto prazo representam 6,2% do ativo e assistiram, entre 2020 e 2021, a um aumento do seu valor absoluto de 1,4 milhões de euros.

Os diferimentos ascendem a 324 mil euros e dizem respeito a gastos a reconhecer, verificando-se um ligeiro aumento relativamente ao ano anterior. Encontram-se os mesmos detalhados no mapa 23.2 do ADFC.

É de salientar um aumento do saldo de disponibilidades de 35,5 milhões de euros em 2020 para 38,1 milhões de euros em 2021, aumento este que, não obstante o aumento da execução da despesa e à permanente preocupação em pagar aos fornecedores neste período conturbado da economia, que resultou na redução do prazo médio de pagamento, se ficou a dever à elevada arrecadação de fundos nos últimos dias do ano, o que não permitiu a sua total execução.

Em relação ao passivo, as contas consolidadas do Município fecharam com um valor de 78,4 milhões de euros, sendo constituído em 69,8% por passivo não corrente e em 30,2% por passivo corrente, que representa um aumento de 17,7% face ao ano anterior, que em termos absolutos representa uma variação de 11,8 milhões de euros. Esta variação expressiva resulta essencialmente dos movimentos ocorridos ao nível do passivo não corrente: por um lado, do recurso ao financiamento bancário (contratação e utilização de empréstimos de médio e longo prazo), como se explanará mais detalhadamente no ponto 4.4, mas também do aumento do valor registado em diferimentos (rendimentos diferidos) resultantes da constituição de um direito de superfície oneroso, pelo prazo de 50 anos, sobre o CEBES.

As rubricas de fornecedores e fornecedores de investimento assistiram ambos a um aumento, o que se traduziu num aumento do total da dívida a fornecedores na ordem de um milhão de euros.

Importa clarificar que ao nível dos financiamentos obtidos (empréstimos), em termos do balanço, e como já acontecia no referencial contabilístico anterior (POCAL), embora agora de forma mais evidente, o capital em dívida encontra-se subdividido em duas parcelas: uma no passivo não corrente (a que não é exigível a curto prazo, i.e., vencimento para além de um ano) e outra no passivo corrente (a parte que será exigível no curto prazo, isto é, no decurso do ano 2022).

Relativamente às outras contas a pagar, registamos um aumento do seu volume em 37,5%, que como se poderá constatar no detalhe destas contas, que se encontra plasmado no Mapa 18.2.1 do ADFC, se deve essencialmente ao aumento do volume de cauções prestadas.

O Património Líquido do grupo autárquico totaliza, no final de 2021, 676 milhões de euros, o que traduz um acréscimo de cerca de 33 milhões de euros relativamente ao ano anterior. Este crescimento é consequência, essencialmente, de 3 fatores: por um lado, da reclassificação ocorrida ao nível dos subsídios de capital, que por se considerar que os mesmos não serão objeto de reversão, foram transitados para a conta 59.3 “Outras variações no património líquido - Transferências e subsídios de capital” (representativas de uma variação positiva 12,7 milhões de euros); por outro lado, da transmissão integral do capital social da STCP do Estado para os municípios de Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Valongo e Vila Nova de Gaia, determinada pelo Decreto-Lei n.º 151/2019, de 11 de outubro – detendo o Município de Matosinhos 11,98% do capital da sociedade, procedeu-se ao registo na conta 59.9 – Outras variações no património líquido, o montante € 38.585.250,00; finalmente, em sentido inverso, pelo ajustamento resultante da redução do capital social da STCP, deliberada pelos seus acionistas, com efeitos a 31 de dezembro de 2021, no montante de 232.080.560,00€ (de 322.080.560,00€ para 90.000.000,00€), para efeitos de cobertura de prejuízos, por reconhecimento de que a Sociedade se encontrava, desde há algum tempo, na situação prevista no artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais, foi relevado, a débito da conta 57.1 – Ajustamentos em ativos financeiros relacionados com o MEP, o montante de 21,9 milhões de euros.

4.3 Análise da Demonstração de Resultados

O resultado líquido ascende a cerca de 3,5 milhões de euros, ligeiramente mais elevado do registado no período homólogo. Os rendimentos em 2021 foram sensivelmente de 135 milhões de euros para um nível de gastos de cerca de 131,5 milhões de euros, tendo-se verificado um aumento de cerca de 4,4% nos rendimentos e de 4,3% dos gastos.

Quadro n.º 2
Síntese da Demonstração de Resultados

(Un: Euros)

Rubricas	2021	2020	Variação 2021/20	Variação 2021/20
Impostos, contribuições e taxas	68 527 116,27	61 021 777,36	7 505 338,91	12,3%
Vendas	32 592,88	15 938,81	16 654,07	104,5%
Prestações de serviços e concessões	21 718 743,82	21 423 139,90	295 603,92	1,4%
Transferências e subsídios correntes obtidos	37 665 968,73	34 588 227,21	3 077 741,52	8,9%
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	10 003,21	0,00	10 003,21	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-1 181 068,60	-1 108 818,71	-72 249,89	6,5%
Fornecimentos e serviços externos	-33 006 998,50	-31 084 669,03	-1 922 329,47	6,2%
Gastos com pessoal	-45 571 388,43	-43 856 373,72	-1 715 014,71	3,9%
Transferências e subsídios concedidos	-22 900 029,48	-21 117 135,63	-1 782 893,85	8,4%
Prestações sociais	-180 272,84	-837 342,59	657 069,75	-78,5%
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)	-834,97	-3 240,43	2 405,46	-74,2%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-206 431,91	464 537,87	-670 969,78	-144,4%
Provisões (aumentos/reduções)	1 086 608,44	-322 094,40	1 408 702,84	-437,4%
Outros rendimentos	6 269 760,69	11 883 051,90	-5 613 291,21	-47,2%
Outros gastos	-5 189 879,47	-6 630 213,04	1 440 333,57	-21,7%
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	27 073 889,84	24 436 785,50	2 637 104,34	10,8%
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-22 863 925,33	-20 491 822,96	-2 372 102,37	11,6%
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)	4 209 964,51	3 944 962,54	265 001,97	6,7%
Juros e rendimentos similares obtidos	41 674,86	76 415,44	-34 740,58	-45,5%
Juros e gastos similares suportados	-739 665,70	-740 161,74	496,04	-0,1%
Resultado antes de impostos	3 511 973,67	3 281 216,24	230 757,43	7,0%
Imposto sobre o rendimento do período	-36 594,15	-58 794,95	22 200,80	-37,8%
Resultado líquido do período	3 475 379,52	3 222 421,29	252 958,23	7,8%

Pela análise do Quadro n.º 2, podemos verificar que se assistiu a um aumento de 5,7 milhões de euros dos rendimentos face ao ano anterior. O mesmo sucedeu com os gastos, embora em menor escala: o aumento foi de sensivelmente 5,4 milhões de euros.

À semelhança dos anos anteriores, as rubricas que continuam a ter maior peso na estrutura dos gastos são os gastos com o pessoal (34,6%), os fornecimentos e serviços externos (25,1%) e as transferências e subsídios concedidos (17,4%). Só estas 3 rubricas são responsáveis por cerca de 77% do total de gastos. Se a estes somarmos as depreciações e amortizações atingiremos os 94,4% do total de gastos em 2021. Trata-se, portanto, de uma estrutura muito semelhante à do ano transato.

Comparativamente com o período de 2020, os fornecimentos e serviços externos assistiram a um aumento de 6,2%, correspondendo em termos absolutos a 1,9 milhões de euros, essencialmente fruto da retoma possível, em parte do ano 2021, das atividades culturais, turísticas e gastronómicas habitualmente desenvolvidas, mas que, fruto da pandemia, haviam ficado quase totalmente inviabilizadas no ano 2020.

Já os gastos com o pessoal tiveram um aumento de 3,9% (cerca de 1,9 milhões de euros) em parte devido à atualização dos vencimentos dos funcionários públicos, outra parte resultante da delegação de competências decorrente do processo de descentralização administrativa, sendo o restante aumento motivado por novas admissões, mobilidades intercategorias e intercarreiras.

As depreciações e amortizações do exercício incrementaram em cerca de 2,4 milhões de euros em relação ao valor que haviam assumido em 2020, que corresponde a um aumento de 11,6%, ascendendo neste ano ao valor de 22,9 milhões de euros.

Na rubrica de impostos, contribuições e taxas há que distinguir duas realidades: se, por um lado se assistiu a uma redução numa das suas componentes de maior expressão (derrama) como reflexo da retração sentida ao nível da atividade económica no ano de 2020 em resultado da pandemia, assistimos, em sentido inverso a um crescimento dos proveitos decorrentes do IMT e das taxas de loteamentos e obras, e que conseguiram, por si só, mais que balancear as reduções sentidas em outras componentes, fazendo com que o saldo final fosse francamente positivo (crescimento de 12,3%, o que representa 7,5 milhões de euros).

A rubrica de outros rendimentos e ganhos totaliza 6,3 milhões de euros, tendo registado uma redução de cerca de 47%, o que representa um montante na ordem dos 5,6 milhões de euros, e que resulta do registo dos subsídios de capital.

4.4 Dívida do Grupo Municipal

O recurso ao endividamento autárquico está sempre dependente de duas variáveis: do nível de receitas arrecadadas, por um lado e do volume de investimento a realizar, por outro.

O recurso ao financiamento bancário tem-se revelado uma importante estratégia para fazer face às despesas de investimento do grupo municipal. Há que registar que em 2021 houve lugar ao pedido de financiamento bem assim como à utilização de empréstimo de médio e longo prazo por parte do Município de Matosinhos. Efetivamente, numa tendência inversa à dos últimos anos, assistiu-se em 2021 a um crescimento da dívida, de médio e longo prazo, em 19%, passando a dívida de 35.252.270,06 euros, em 2020, para 41.933.289,80 euros.

Quadro n.º 3
Evolução do Stock da Dívida

(Un: Euros)

Descrição	2018	2019	2020	2021
1- Dívida decorrente de empréstimos de m/l prazo no início do período	53 304 596,09	45 655 763,63	40 354 342,43	35 252 270,06
2 - Empréstimos contraídos e utilizados no período	1 889 997,70	0,00	0,00	11 536 689,13
3 - Juros Capitalizados	0,00	0,00	0,00	0,00
4 - Amortizações do período	9 538 830,16	5 301 421,20	5 102 072,37	4 855 669,39
Dívida decorrente de empréstimos de m/l prazo no final do período (1+2+3-4)	45 655 763,63	40 354 342,43	35 252 270,06	41 933 289,80
Taxa de Crescimento da Dívida	-14,3%	-11,6%	-12,6%	19,0%

Este aumento de 6,7 milhões de euros deveu-se, como se pode verificar da leitura do quadro n.º 3, por um lado à contratação e respetiva utilização de novos empréstimos, e por outro à amortização dos empréstimos contraídos em anos anteriores. O quadro n.º 3 espelha a evolução da dívida decorrente de empréstimos de médio e longo prazo do grupo municipal nos últimos quatro anos, e que se circunscreve ao Município.

No quadro n.º 4 encontram-se desagregadas as utilizações de capital ocorridas em 2021, que totalizam 11,5 milhões de euros.

Quadro n.º 4
Financiamento bancário

(Un: Euros)

Designação	Utilização capital 2021	Peso %
Ligação da Av. Édison Magalhães à Escola Básica da Cruz de Pau	1 813 633,23	
Serviço Municipal de Proteção Civil: Casa do Alertinha (Parque de Manhufe)	311 928,78	
Mobilidade em Matosinhos: Ligação da A28 à PETROGAL	950 773,12	
Valorizar as Pessoas: Educação - Reabilitação da EB da Agudela	2 217 593,36	
Mobilidade em Matosinhos: Ligação entre a Barranha e Cruz de Pau	286 398,40	
Sub-total Empréstimo CGD até ao montante de 9.551.819,47€	5 580 326,83	48,37
Empréstimo CGD até ao montante de 2.244.467,16€	2 244 467,20	
Empréstimo BPI até ao montante de 2.080.559,10€	2 080 559,10	
Sub-total Empréstimos p/ financiamento aquisição 2 edifícios Rua Flor Infesta	4 325 026,30	37,49
Empréstimo-Quadro do QREN - BEI - requalificação Escola Secundária da Boa Nova - Leça da Palmeira	1 631 336,00	
Sub-total Empréstimo-Quadro do QREN - BEI	1 631 336,00	14,14
Total Passivos Financeiros	11 536 689,13	100,0

4.5 Indicadores Económico-Financeiros

Os indicadores económico-financeiros estabelecem relações entre contas e agrupamentos de contas das demonstrações financeiras (Balanço e Demonstração de Resultados) e são geralmente utilizados como sinais da evolução da situação financeira de uma entidade e como determinantes na apreciação da sua performance, servindo para quantificar factos, detetar anomalias e fazer comparações no tempo. No entanto, no caso das autarquias, há que ter em atenção que o ativo engloba uma série de bens que não poderão servir de garantia de endividamento perante terceiros por não serem hipotecáveis ou alienáveis, nomeadamente os bens de domínio público e, eventualmente, bens privados necessários à prestação de utilidades públicas.

Apesar destas limitações, estes indicadores, apresentados no quadro n.º 5 relativamente ao grupo autárquico, permitem-nos ter uma perspetiva da tendência evolutiva dos diversos componentes patrimoniais.

Quadro n.º 5

Indicadores	2021	2020	Variação
Estrutura do Ativo			
Ativo não Corrente / Ativo Total	88,7%	88,5%	0,2%
Ativo Corrente / Ativo Total	11,3%	11,5%	-1,4%
Ativo não Corrente / Ativo Corrente	783,1%	771,0%	1,6%
Estrutura do Passivo			
Passivo não Corrente / Passivo Total	69,8%	65,4%	6,8%
Passivo Corrente / Passivo Total	30,2%	34,6%	-12,9%
Passivo não Corrente / Passivo Corrente	231,6%	188,9%	22,6%
Análise do Ativo não Corrente			
Investimentos / Endividamento a médio longo prazo	17,1	20,8	-17,6%
Índices de Liquidez			
Ativo Corrente / Passivo Corrente	3,6	3,5	2,2%
Disponibilidades / Passivo Corrente	1,6	1,5	4,6%
Índice de Solvência			
Dívidas a terceiros / Ativo total	8,3%	7,1%	17,0%
Índice de Solvabilidade			
Património Líquido / Passivo	8,6	9,7	-10,7%
Índice de Autonomia Financeira			
Património Líquido / Ativo	89,6%	90,6%	-1,1%
Rendimento do Património Líquido			
Resultado Líquido / Património Líquido	0,5%	0,5%	2,6%

Pela análise dos rácios da estrutura do ativo, podemos ver que ela não se alterou muito entre 2020 e 2021, tendo-se, no entanto, assistido a um reforço do peso do ativo não corrente sobre o total do ativo o que determinou que o peso do ativo não corrente sobre o corrente tenha passado de 771,0% em 2020 para 783,1% em 2021, ou seja, o ativo não corrente é agora cerca de 7,8 vezes superior ao corrente.

Já no que se refere à estrutura do passivo, em virtude da alteração da contabilização dos subsídios de capital que, até 2020, vinham sendo contabilizados no passivo corrente (diferimentos) e que, por força do disposto na NCP 14 foram reclassificados em património líquido, assistiu-se a uma clara inversão do peso de cada uma das componentes (não corrente e corrente) no total do passivo. O passivo não corrente é agora cerca de 2,3 vezes superior ao corrente.

O ativo não corrente constitui basicamente o investimento direto do grupo autárquico. Ao compararmos esta componente do ativo (investimentos) com o endividamento a médio e longo prazo, verificamos que, em 2021, o primeiro supera o segundo em cerca de 17 vezes, o que significa que apenas cerca de 6% do ativo não corrente avaliado está a ser financiado por endividamento a médio e longo prazo. Este indicador representa a garantia, em bens, do grupo municipal aos seus financiadores. No entanto, e como já foi atrás referido, há que ter algum cuidado ao analisá-lo, já que cerca de 20% do total de ativos são bens de domínio público. Portanto, este indicador de solvência deverá ser encarado como meramente indicativo.

Passando agora à análise dos índices de liquidez, poderemos constatar uma evolução positiva em ambos, com um reforço do ativo sobre o passivo: por um lado, o aumento mais acentuado do ativo corrente face ao acréscimo no passivo corrente, mesmo quando o primeiro é subtraído dos inventários, e, por outro lado, o aumento das disponibilidades, de 2020 para 2021, conjugado com o aumento, mas de montante inferior, do passivo corrente fez com que o rácio passasse de 1,5% para 1,6%.

Da análise de índice de solvência, podemos corroborar a manutenção, e até mesmo o reforço, de uma situação financeira positiva do grupo autárquico: de facto, o peso das dívidas a terceiros no ativo total é de apenas 8,3%, embora se tenha assistido a uma deterioração de 17% face ao ano transato. O mesmo sucede com o índice de autonomia financeira, que reduziu 1 p.p. face a 2020, o que representa uma variação negativa de 1,1%.

Já o indicador relativo ao Rendimento do Património Líquido apresenta uma variação positiva de 2,6%, sendo que a razão entre o resultado líquido do exercício e o património líquido se manteve relativamente estável entre 2020 e 2021.

5. MAPA DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO

O mapa de fluxos de caixa consolidado funciona como um documento síntese de toda a execução orçamental do grupo municipal, articulando e equilibrando os recebimentos e os pagamentos, quer de operações orçamentais, quer de operações de tesouraria.

Quadro n.º 6
Resumo dos Fluxos de Caixa

(Un: Euros)

Recebimentos		Pagamentos	
Saldo da Gerência anterior	35 545 203,39	Pagamentos	150 969 189,53
Execução Orçamental	31 017 302,14	Atividades operacionais	100 664 646,93
Operações de Tesouraria	4 527 901,25	Atividades de investimento	44 700 445,03
		Atividades de financiamento	5 604 097,57
Recebimentos	153 532 296,40	Saldo para a Gerência Seguinte	38 108 310,26
Atividades operacionais	125 765 015,93	Execução Orçamental	30 849 792,10
Atividades de investimento	16 123 068,92	Operações de Tesouraria	7 258 518,16
Atividades de financiamento	11 644 211,55		
Total	189 077 499,79	Total	189 077 499,79

O resultado dos movimentos financeiros ocorridos no grupo municipal como um todo durante o ano 2021, aparece refletido no Quadro n.º 6, verificando-se que as entradas de fundos corresponderam a 153.532.296,40 euros, dos quais 125.765.015,93 euros são provenientes de atividades operacionais (81,9%).

Desta forma, sendo o volume de pagamentos (150.969.189,53 euros) inferior em 2.563.106,87 euros aos recebimentos, e existindo um saldo inicial de 35.545.203,39 euros, o saldo a transitar para a gerência seguinte será de 38.108.310,26 euros, dos quais 7.258.518,16 euros correspondem a operações de tesouraria.

Estas Operações de Tesouraria (OT) são operações de entrada e saída de fundos à margem do orçamento, sendo apenas objeto de movimentação contabilística no sistema da contabilidade patrimonial. São consideradas OT as cobranças que os serviços municipais realizam para terceiros.

2

Balanço Consolidado

BLC - BALANÇO CONSOLIDADO

GRUPO MUNICIPAL

PERÍODO	ANO
2021/01/01 - 2021/12/31	2021

Rubricas	Notas	Datas	
		2021	2020
ATIVO			
Ativo não corrente		669 278 342,16	628 710 138,41
Ativos fixos tangíveis	5/14	642 374 346,71	619 349 545,75
Propriedades de investimento	8	3 163 273,32	3 307 895,33
Ativos intangíveis	9/18/20/18.3.1	1 482 751,12	328 820,63
Participações financeiras	18.1.1	20 472 667,74	3 779 781,00
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	18.1.1	16 213,79	16 213,79
Cientes, contribuintes e utentes		0,00	0,00
Outros ativos financeiros	2	29 025,32	20 906,15
Diferimentos		64 005,11	
Outras contas a receber	18.1	1 676 059,05	1 906 975,76
Ativo corrente		85 461 564,08	81 541 961,93
Inventários	9/10	80 783,33	100 623,19
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		3 164 910,68	1 703 084,50
Cientes, contribuintes e utentes	9	599 264,41	415 975,35
Estado e outros entes públicos	23.1	186 717,72	159 823,18
Acionistas/sócios/associados		0,00	0,00
Outras contas a receber	9/18.1	42 997 585,91	43 302 153,05
Diferimentos	23.2	323 991,77	315 099,27
Caixa e depósitos	1/18.1	38 108 310,26	35 545 203,39
Total Ativo		754 739 906,24	710 252 100,34
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio Líquido			
Patrimônio/Capital		479 654 521,76	479 652 264,56
Reservas		3 478 813,76	3 478 813,76
Resultados transitados		39 122 098,40	36 113 879,54
Ajustamentos em ativos financeiros	20	-21 929 688,49	0,00
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Outras variações no patrimônio líquido	14/23.1	172 500 497,86	121 130 036,39
Resultado líquido do período		3 475 379,52	3 222 421,29
Total Patrimônio Líquido		676 301 622,81	643 597 415,54
PASSIVO			
Passivo não corrente		54 786 138,61	43 586 029,58
Provisões	15.1	10 343 054,58	11 429 663,02
Financiamentos obtidos	7	39 036 171,92	30 190 081,59
Fornecedores		0,00	0,00
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		0,00	0,00
Passivos por impostos diferidos		0,00	
Diferimentos	4/23.2	5 400 059,05	1 843 664,95
Outras contas a pagar	18.2	6 853,06	122 620,02
Passivo corrente		23 652 144,82	23 068 655,22
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis	18	6 150,00	10 710,00
Fornecedores	18	1 658 683,75	1 048 563,81
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	23.2/18	171 086,25	497 069,31
Acionistas/sócios/associados		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	7	2 904 050,81	5 075 715,78
Fornecedores de investimentos	18	585 664,36	126 335,75
Outras contas a pagar	18.2	18 112 114,78	13 168 620,52
Diferimentos	4/23.2	214 394,87	3 141 640,05
Total Passivo		78 438 283,43	66 654 684,80
Total Patrimônio Líquido e Passivo		754 739 906,24	710 252 100,34

Presidente da Câmara

Em ____ de _____ de _____

Órgão Executivo

Em ____ de _____ de _____

3

Demonstração de Resultados Consolidada



DR - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA CONSOLIDADA
GRUPO MUNICIPAL

PERÍODO
2021/01/01 - 2021/12/31

ANO
2021

Rubricas	Notas	Datas	
		2021	2020
Impostos, contribuições e taxas	13/14	68 527 116,27	61 021 777,36
Vendas	13	32 592,88	15 938,81
Prestações de serviços e concessões	13	21 718 743,82	21 423 139,90
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	37 665 968,73	34 588 227,21
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	18	10 003,21	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10.2	-1 181 068,60	-1 108 818,71
Fornecimentos e serviços externos	6/23.3	-33 006 998,50	-31 084 669,03
Gastos com pessoal	19	-45 571 388,43	-43 856 373,72
Transferências e subsídios concedidos		-22 900 029,48	-21 117 135,63
Prestações sociais		-180 272,84	-837 342,59
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)	09/10/14	-834,97	-3 240,43
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9/14	-206 431,91	464 537,87
Provisões (aumentos/reduções)	15	1 086 608,44	-322 094,40
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/redução de justo valor		0,00	
Outros rendimentos	13	6 269 760,69	11 883 051,90
Outros gastos	23.5	-5 189 879,47	-6 630 213,04
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		27 073 889,84	24 436 785,50
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3/5	-22 863 925,33	-20 491 822,96
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)		4 209 964,51	3 944 962,54
Juros e rendimentos similares obtidos	13	41 674,86	76 415,44
Juros e gastos similares suportados	7	-739 665,70	-740 161,74
Resultado antes de impostos		3 511 973,67	3 281 216,24
Imposto sobre o rendimento do período		-36 594,15	-58 794,95
Resultado líquido do período		3 475 379,52	3 222 421,29

Presidente da Câmara

Em ____ de _____ de _____

Órgão Executivo

Em ____ de _____ de _____

4

Demonstração do Património Líquido Consolidada

DAPL - DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO

GRUPO MUNICIPAL

Ano

2021

Designação	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade que controla											Interesses que não controlam	Total do património líquido
		Capital / Património	Ações (quotas)	Outros instrum.	Prémios de	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras vars. no património	Resultado líquido do período	TOTAL		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO		479 966 627,45	0,00	0,00	0,00	3 653 743,66	36 423 832,97	-14 200,35	0,00	121 166 772,76	3 223 572,13	644 420 348,62		644 420 348,62
ALTERAÇÕES NO PERÍODO		-312 105,69	0,00	0,00	0,00	-174 929,90	2 698 265,43	-21 915 488,14	0,00	51 333 725,10	-3 223 572,13	28 405 894,67		28 405 894,67
Ajustamentos de transição de referencial contabilístico														0,00
Alterações de políticas contabilísticas														0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														0,00
Realização do excedente de revalorização														0,00
Excedentes de revalorização e respetivas variações														0,00
Transferências e subsídios de capital							-122 604,33			12 714 286,80		12 591 682,47		12 591 682,47
Ajustamentos por impostos diferidos														
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido	14/18.3	-312 105,69	0,00	0,00	0,00	-174 929,90	2 820 869,76	-21 915 488,14	0,00	38 619 438,30	-3 223 572,13	15 814 212,20		15 814 212,20
Correção de erros materiais														
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO											3 475 379,52	3 475 379,52		3 475 379,52
RESULTADO INTEGRAL											251 807,39	251 807,39		251 807,39
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL														0,00
Subscrições de capital/património														0,00
Redução de capital por cobertura de prejuízos														0,00
Entradas para cobertura de perdas														0,00
Outras operações														0,00
Subscrições de prémios de emissão														0,00
														0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO		479 654 521,76				3 478 813,76	39 122 098,40	-21 929 688,49	0,00	172 500 497,86	3 475 379,52	676 301 622,81		676 301 622,81

5

Demonstração de Fluxos de Caixa Consolidada



DFC - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

GRUPO MUNICIPAL

PERÍODO	ANO
2021/01/01 - 2021/12/31	2021

Rubricas	Notas	Datas	
		2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		16 851 661,97 €	17 517 492,44 €
Recebimentos de contribuintes		59 103 153,27 €	55 127 453,91 €
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		37 636 089,14 €	34 838 062,98 €
Recebimentos de utentes		7 763 695,53 €	7 235 045,74 €
Pagamentos a fornecedores		-35 520 553,08 €	-33 707 088,04 €
Pagamentos ao pessoal		-45 970 350,34 €	-43 723 725,35 €
Pagamentos de transferências e subsídios		-18 986 910,62 €	-17 892 582,79 €
Pagamentos de prestações sociais		-186 832,89 €	-816 785,16 €
Caixa gerada pelas operações		20 689 952,98 €	18 577 873,73 €
Pagamento / Recebimento do Imposto sobre o rendimento		121 091,41 €	20 213,88 €
Outros recebimentos/pagamentos		4 289 324,61 €	-421 154,16 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		25 100 369,00 €	18 176 933,45 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis		-44 617 049,44 €	-27 247 159,33 €
Pagamentos - Ativos intangíveis		-83 395,59 €	-118 366,99 €
Pagamentos - Propriedades de investimento		0,00 €	0,00 €
Pagamentos - Investimentos financeiros		0,00 €	-134 949,50 €
Pagamentos - Outros ativos		0,00 €	0,00 €
Recebimentos provenientes de:		0,00 €	0,00 €
Recebimentos - Ativos fixos tangíveis		50 184,99 €	474 596,25 €
Recebimentos - Ativos intangíveis		0,00 €	0,00 €
Recebimentos - Propriedades de Investimento		0,00 €	0,00 €
Recebimentos - Investimentos financeiros		0,00 €	0,00 €
Recebimentos - Outros ativos		0,00 €	0,00 €
Recebimentos - Subsídios ao investimento		11 143 272,25 €	5 233 441,60 €
Recebimentos - Transferências de capital		4 929 611,68 €	1 602 412,08 €
Recebimentos - Juros e rendimentos similares		0,00 €	0,00 €
Recebimentos - Dividendos		0,00 €	0,00 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		-28 577 376,11 €	-20 190 025,89 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Financiamentos obtidos		11 536 689,13 €	520 336,08 €
Recebimentos - Realizações de capital e de outros instrumentos de capital		0,00 €	0,00 €
Recebimentos - Cobertura de prejuízos		0,00 €	0,00 €
Recebimentos - Doações		0,00 €	0,00 €
Recebimentos - Outras operações de financiamento		107 522,42 €	37 705,32 €
Pagamentos respeitantes a:		0,00 €	0,00 €
Pagamentos - Financiamentos obtidos		-4 862 263,77 €	-5 647 056,06 €
Pagamentos - Juros e gastos similares		-741 833,80 €	-671 898,17 €
Pagamentos - Dividendos		0,00 €	0,00 €
Pagamentos - Reduções de capital e de outros instrumentos de capital		0,00 €	0,00 €
Pagamentos - Outras operações de financiamento		0,00 €	0,00 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		6 040 113,98 €	-5 760 912,83 €
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		2 563 106,87 €	-7 774 005,27 €
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		35 545 203,39 €	43 319 208,66 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		38 108 310,26 €	35 545 203,39 €
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDOS DA GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período			
Equivalentes a caixa no início do período			
Saldo da gerência anterior (SGA)		35 545 203,39 €	43 319 208,66 €
SGA De execução orçamental		31 017 302,14 €	39 144 163,80 €
SGA De operações de tesouraria		4 527 901,25 €	4 175 044,86 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período			
Saldo para a gerência seguinte (SGS)		38 108 310,26 €	35 545 203,39 €
SGS De execução orçamental		30 849 792,10 €	31 017 302,14 €
SGS De operações de tesouraria		7 258 518,16 €	4 527 901,25 €

6

Demonstrações Orçamentais

6.1

Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental

DDORC - DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL

GRUPO MUNICIPAL

Ano
2021

RUBRICA	RECEBIMENTOS	N	RUBRICA	PAGAMENTOS	N
	Saldo de gerência anterior				
	Operações orçamentais [1]	29 508 440,83			
	Devolução do saldo oper. orçamentais	29 508 440,83			
	Recebimento do saldo devolvido por terceiras entidades	0,00			
	Operações de tesouraria [A]	4 472 493,18			
	Receita corrente	123 606 041,54		Despesa corrente	98 642 508,13
R1	Receita fiscal		D1	Despesas com o pessoal	0,00
R1.1	Impostos diretos	59 276 302,76	D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	32 707 708,19
R1.2	Impostos indiretos	0,00	D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	1 037 440,77
			D1.3	Segurança social	9 599 690,61
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	D2	Aquisição de bens e serviços	32 735 758,74
R3	Taxas, multas e outras penalidades	7 763 695,53	D3	Juros e outros encargos	593 211,50
R4	Rendimentos de propriedade	7 745 210,77	D4	Transferências e subsídios correntes	0,00
R5	Transferências e subsídios correntes		D4.1	Transferências correntes	0,00
R5.1	Transferências correntes		D4.1.1	Administrações Públicas	0,00
R5.1.1	Administrações Públicas		D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	3 216 713,15
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	21 261 086,53	D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	14 645 771,01	D4.1.1.3	Segurança Social	0,00
R5.1.1.3	Segurança Social	0,00	D4.1.1.4	Administração Regional	0,00
R5.1.1.4	Administração Regional	0,00	D4.1.1.5	Administração Local	1 812 977,77
R5.1.1.5	Administração Local	0,00	D4.1.2	Entidades do Setor Não Lucrativo	9 402 141,14
R5.1.2	Exterior - U E	714 764,95	D4.1.3	Famílias	1 300 614,15
R5.1.3	Outras	1 014 521,11	D4.1.4	Outras	1 045 154,57
R5.2	Subsídios correntes	0,00	D4.2	Subsídios Correntes	4 213 366,88
R6	Venda de bens e serviços	10 800 858,01			
R7	Outras receitas correntes	383 830,87	D5	Outras despesas correntes	977 730,66
	Receita de capital	16 096 485,37		Despesa de capital	47 701 401,40
R8	Venda de bens de investimento	23 601,44	D6	Aquisição de bens de capital	45 130 489,72
R9	Transferências e subsídios de capital		D7	Transferências e subsídios de capital	
R9.1	Transferências de capital		D7.1	Transferências de capital	0,00
R9.1.1	Administrações Públicas		D7.1.1	Administrações Públicas	0,00
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	1 640 608,44	D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	200 636,00
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	3 289 003,24	D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00
R9.1.1.3	Segurança Social	0,00	D7.1.1.3	Segurança Social	0,00
R9.1.1.4	Administração Regional	0,00	D7.1.1.4	Administração Regional	0,00
R9.1.1.5	Administração Local	0,00	D7.1.1.5	Administração Local	0,00
R9.1.2	Exterior - U E	11 143 272,25	D7.1.2	Entidades do Setor não Lucrativo	918 973,62
R9.1.3	Outras	0,00	D7.1.3	Famílias	0,00
R9.2	Subsídios de capital	0,00	D7.1.4	Outras	1 451 302,06
			D7.2	Subsídios de capital	0,00
R10	Outras receitas de capital	0,00	D8	Outras despesas de capital	0,00
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	276 365,52			
	Receita efetiva [2]	139 978 892,43		Despesa efetiva [5]	146 343 909,53
	Receita não efetiva [3]	11 536 689,13		Despesa não efetiva [6]	4 855 669,39
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	D9	Despesa com ativos financeiros	0,00
R13	Receita com passivos financeiros	11 536 689,13	D10	Despesa com passivos financeiros	4 855 669,39
	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	181 024 022,39		Soma [7]=[5]+[6]	151 199 578,92
	Operações de tesouraria [B]	5 829 579,55		Operações de tesouraria [C]	3 043 554,57
				Saldo para a gerência seguinte	37 082 961,63
				Operações orçamentais [8] = [4]-[7]	29 824 443,47
				Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]	7 258 518,16
				Saldo global [2] - [5]	-6 365 017,10
				Despesa primária	145 750 698,03
				Saldo corrente	24 963 533,41
				Saldo de capital	-31 604 916,03
				Saldo primário	-5 771 805,60
				Receita total [1] + [2] + [3]	181 024 022,39
				Despesa total [5] + [6]	151 199 578,92

6.2

Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por Natureza

DDORC - DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES POR NATUREZA

GRUPO MUNICIPAL

Ano
2021

RUBRICA	LIQUIDAÇÕES	N	RUBRICA	OBRIGAÇÕES	N
	Receita corrente	9 445 691,81		Despesa corrente	1 139 434,51
R1	Receita fiscal		D1	Despesas com o pessoal	0,00
R1.1	Impostos diretos	0,00	D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	671,35
R1.2	Impostos indiretos	0,00	D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	0,00
		0,00	D1.3	Segurança social	0,00
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	D2	Aquisição de bens e serviços	745 125,81
R3	Taxas, multas e outras penalidades	405 654,47	D3	Juros e outros encargos	0,00
R4	Rendimentos de propriedade	5 661 138,18	D4	Transferências e subsídios correntes	0,00
R5	Transferências e subsídios correntes	443 927,89	D4.1	Transferências correntes	0,00
R5.1	Transferências correntes	0,00	D4.1.1	Administrações Públicas	0,00
R5.1.1	Administrações Públicas	0,00	D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	2 400,00	D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	D4.1.1.3	Segurança Social	0,00
R5.1.1.3	Segurança Social	0,00	D4.1.1.4	Administração Regional	6 150,00
R5.1.1.4	Administração Regional	0,00	D4.1.1.5	Administração Local	0,00
R5.1.1.5	Administração Local	0,00	D4.1.2	Entidades do Setor Não Lucrativo	0,00
R5.1.2	Exterior - U E	0,00	D4.1.3	Famílias	0,00
R5.1.3	Outras	441 527,89	D4.1.4	Outras	0,00
R5.2	Subsídios correntes	0,00	D4.2	Subsídios Correntes	386 822,74
R6	Venda de bens e serviços	2 874 157,57			
R7	Outras receitas correntes	60 813,70	D5	Outras despesas correntes	664,61
	Receita de capital	136 378,37		Despesa de capital	305 672,97
R8	Venda de bens de investimento	94 951,32	D6	Aquisição de bens de capital	305 403,19
R9	Transferências e subsídios de capital	0,00	D7	Transferências e subsídios de capital	0,00
R9.1	Transferências de capital	0,00	D7.1	Transferências de capital	0,00
R9.1.1	Administrações Públicas	0,00	D7.1.1	Administrações Públicas	0,00
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	41 427,05	D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00
R9.1.1.3	Segurança Social	0,00	D7.1.1.3	Segurança Social	0,00
R9.1.1.4	Administração Regional	0,00	D7.1.1.4	Administração Regional	0,00
R9.1.1.5	Administração Local	0,00	D7.1.1.5	Administração Local	0,00
R9.1.2	Exterior - U E	0,00	D7.1.2	Entidades do Setor não Lucrativo	0,00
R9.1.3	Outras	0,00	D7.1.3	Famílias	0,00
R9.2	Subsídios de capital	0,00	D7.1.4	Outras	0,00
			D7.2	Subsídios de capital	0,00
R10	Outras receitas de capital	0,00	D8	Outras despesas de capital	269,78
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	2 328,61			
	Receita efetiva [2]	9 584 398,79		Despesa efetiva [5]	1 445 107,48
	Receita não efetiva [3]	0,00		Despesa não efetiva [6]	0,00
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	D9	Despesa com ativos financeiros	0,00
R13	Receita com passivos financeiros	0,00	D10	Despesa com passivos financeiros	0,00
	Receita Total [4]=[1]+[2]+[3]	9 584 398,79		Despesa Total [7]=[5]+[6]	1 445 107,48

7

Anexo às Demonstrações Financeiras e Orçamentais Consolidadas

ANEXO

DEMONSTRAÇÕES

FINANCEIRAS

CONSOLIDADAS

Exercício de 2021

ÍNDICE DE MAPAS

Mapa 14.1 – Legado, Ofertas e Doações

Mapa 14.2 – Reversões de perdas por imparidade

Mapa 18.1.1 – Contas a receber

Mapa 18.2.1 – Contas a pagar

Mapa 19.1 – Gastos com o pessoal

Mapa 23.1 – Estado e outros entes públicos

Mapa 23.2 – Diferimentos

Mapa 23.3 – Fornecimentos e Serviços Externos

Mapa 23.4 – Outros Gastos

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1.1 – Desagregação de caixa e depósitos

Quadro 3.1 – Ativos intangíveis - Variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

Quadro 3.2 – Ativos intangíveis - Quantia escriturada e variações do período

Quadro 3.2A – Ativos intangíveis - Adições

Quadro 4 – Acordos de concessão de serviços

Quadro 5.1 – Ativos fixos tangíveis - Variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

Quadro 5.2 – Ativos fixos tangíveis - Quantia escriturada e variações do período

Quadro 5.2A – Ativos fixos tangíveis - Adições

Quadro 5.2B – Ativos fixos tangíveis - Diminuições

Quadro 6.1 – Locações operacionais – locatário

Quadro 6.2 – Locações financeiras – locatário

Quadro 6.3 – Resumo de Locações – locatário

Quadro 8.1 – Propriedades Investimento (modelo do custo) - quantia escriturada e movimentos do período

Quadro 9.1 – Quantia Escriturada Recuperável

Quadro 9.2 – Movimentos imparidade por ativos

Quadro 10.1 – Inventários

Quadro 10.2 – Inventários: movimentos do período

Quadro 13 – Rendimentos com contraprestação

Quadro 14 – Rendimentos sem contraprestação

Quadro 15.1 – Provisões

Quadro 18.1 – Ativos financeiros

Quadro 18.2 – Passivos financeiros

Quadro 18.3 – Participações financeiras

Quadro 20.1 – Divulgações de partes relacionadas - Listagem de Entidades controladas

Quadro 20.2 – Divulgações de partes relacionados - Transações entre partes relacionadas

INTRODUÇÃO

Em 2021 as demonstrações financeiras consolidadas do Município de Matosinhos foram preparadas com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, na sua atual redação, tendo sido aplicadas subsidiariamente, de acordo com o artigo 13.º, pela ordem seguinte, as Normas Internacionais de Contabilidade Pública em vigor, o SNC, as Normas Internacionais de Contabilidade adotadas na União Europeia e as Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board. Foram ainda aplicados os requisitos das normas de contabilidade pública relevantes para a entidade.

A LEO de 2020, art.º 114.º aplica este referencial contabilístico às entidades integradas no subsetor da administração local e entidades reclassificadas.

O Município de Matosinhos apresenta demonstrações financeiras consolidadas, nos termos da NCP22 do SNC-AP e decorrente da obrigatoriedade estabelecida no artigo 75º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, o qual estipula que sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas, sendo o grupo autárquico composto por um município, uma entidade intermunicipal ou uma entidade associativa municipal e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades.

O SNC-AP visa homogeneizar os procedimentos e aumentar a fiabilidade da consolidação de contas, com uma aproximação ao SNC e ao SNC-ESNL, aplicados no contexto do setor empresarial local e das entidades do setor não lucrativo, respetivamente.

As entidades que integram o perímetro de consolidação do Município encontram-se elencadas na nota 1.2, existindo alterações relativamente ao ano de 2020, nomeadamente no que refere à inclusão Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, E.I.M., S.A.

Quanto à consolidação orçamental, o perímetro é composto pelas entidades do Grupo que, no período contabilístico, integraram o orçamento do Orçamento do Estado e, por conseguinte, o perímetro de consolidação das administrações públicas, pelo que apenas engloba, através do método de consolidação simples, as entidades Município de Matosinhos e Matosinhos Habit.

Nota 1 – Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas:

1.1 Período de relato, referencial contabilístico e demonstrações financeiras

O Município de Matosinhos adotou, com efeitos a 1 de janeiro de 2020, o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP). Nesse âmbito, as demonstrações financeiras consolidadas do Município foram elaboradas de acordo esse sistema contabilístico.

Recursos Humanos

Trabalhadores ao serviço por categoria em 31/12/2021:

Categoria	Município de Matosinhos	Matosinhos Sport MS, EEM	Matosinhos Habit MH, EEM
Administrador	-	-	1
Dirigente Superior	5	-	1
Dirigente Intermédio	60	5	7
Técnico Superior	463	31	32
Assistente Técnico	405	32	15
Assistente Operacional	1099	99	10
Informática	19	-	-
Polícia Municipal	77	-	-
Outros	20	-	-
TOTAL	2.148	167	67

Em 31 de dezembro de 2021, a desagregação dos saldos de caixa e depósitos bancários são os seguintes:

Quadro 1.1 – Caixa e depósitos bancários

Conta	2021	2020
Caixa	24 173,49	32 492,27
Depósitos à ordem	20 562 671,39	29 488 740,63
Depósitos à ordem no Tesouro	0,00	0,00
Depósitos bancários à Ordem	20 562 671,39	29 488 740,63
Outros depósitos	17 521 465,38	6 023 970,49
Depósitos a prazo	0,00	0,00
Depósitos consignados	3 342 386,24	1 751 164,83
Depósitos de garantias e cauções	14 179 079,14	4 272 805,66
Total de caixa e depósitos	38 108 310,26	35 545 203,39

1.2 Entidades Incluídas na Consolidação

Do cumprimento no disposto no n.º 3 do art.º 75 da Lei 73/2013 – Regime Financeiro das autarquias locais e entidades intermunicipais e após análise às entidades suscetíveis de inclusão no perímetro de consolidação, surge o grupo municipal composto pelas seguintes entidades:

matosinhos *Município de Matosinhos – Entidade Mãe*

Sede Social - Avenida D. Afonso Henriques, 4454-502 Matosinhos

Atividade Principal - Atividades desempenhadas no âmbito das atribuídas pela Lei 5-A/2002 e Lei 159/99, nomeadamente na área da segurança, proteção civil e luta contra incêndios, polícia municipal, educação, saúde, ordenamento do território, cultura, proteção do meio ambiente e conservação da natureza, saneamento e resíduos sólidos, energia, comércio e turismo.



Empresa Municipal - Matosinhos Sport MS, EEM, S.A

Sede Social - Rua Nova do Estádio 244, 4460-381 Senhora da Hora

Atividade Principal - Planeamento, administração, gestão e manutenção dos espaços e equipamentos desportivos municipais, bem como a promoção e realização de atividades de animação desportiva e de programas municipais de fomento desportivo. Detida a 100% pelo município.



Empresa Municipal - Matosinhos Habit MH, EEM.

Sede Social - Rua Alfredo Cunha 99 1º, 4450-023 Matosinhos

Atividade Principal - Gestão patrimonial, social e financeira dos empreendimentos e outros fogos do património da Empresa e do Município. Promoção da conservação e da manutenção do parque habitacional privado, em sede designadamente de vistorias de salubridade. Detida a 100% pelo município.



A Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, E.I.M., S.A.

Sede Social - Av. Fernão de Magalhães, 1862, 13º. 4350-158 Porto

Atividade Principal – Transporte coletivo público rodoviário de passageiros em regime de exclusividade dentro dos limites do concelho do Porto, e no regime geral de concorrência nos concelhos limítrofes integrados na Área Metropolitana do Porto – Matosinhos, Maia, Valongo, Gondomar e Vila Nova de Gaia. Explora o modo autocarro e o modo carro elétrico.

A participação do município é de 11,98%.

1.3 Método de Consolidação

Aplicar-se-á o método de consolidação integral para as entidades detidas a 100% pela entidade mãe, neste caso as empresas municipais, Matosinhos Sport e Matosinhos Habit e o método de consolidação de equivalência patrimonial para a empresa STCP detida a 11,98%, considerando a NCP23 paragrafo 5, o enquadramento dado pela Lei 50/2012, de 31 agosto, art.º 7º e 19º e articulando com a Lei 73/2013, de 30 de setembro .

Conforme já foi referido anteriormente, às entidades controladas a 100% pelo Município de Matosinhos, foi aplicado o método de consolidação integral, que consiste na integração no Balanço, na Demonstração de Resultados e nos mapas de execução orçamental da entidade consolidante, dos elementos respetivos dos balanços, das demonstrações dos resultados e dos mapas de execução orçamental das entidades consolidadas.

A entidade mãe (Município de Matosinhos) efetua as diversas conversões/ajustamentos da informação, dado que as outras entidades utilizam uma contabilidade diferente.

Extra contabilisticamente foram efetuados movimentos nas rubricas das demonstrações financeiras, tendo em vista a eliminação de transações recíprocas entre as entidades incluídas no perímetro de consolidação.

Este método preconiza a integração dos diferentes elementos que constam das demonstrações financeiras das empresas consolidadas no balanço e demonstração de resultados da empresa consolidante. Subsequente a esta integração, são eliminadas todas as operações intragrupo, ou seja, operações entre as entidades que compõem o perímetro de consolidação, evitando-se desta forma, duplicação de valores.

O método da equivalência patrimonial basicamente consiste na substituição no balanço da entidade consolidante do valor contabilístico das partes de capital por ela detida pelo valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios da entidade participada.

Nota 2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Os principais princípios contabilísticos e critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas foram os seguintes:

a) Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos do Município de Matosinhos e das entidades consolidadas, de acordo com o normativo contabilístico SNC-AP.

b) Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem, com referência a 31 de dezembro de 2021, os ativos, os passivos e os resultados das entidades do Grupo Município do Matosinhos, entendido como o conjunto do Município de Matosinhos, entidade que controla, e as suas entidades controladas.

Nos termos da NCP 22, uma entidade, independentemente da natureza do envolvimento com outra entidade, deve avaliar se é uma entidade que controla através da verificação da existência de controlo sobre outra entidade. Uma entidade controla outra entidade quando está exposta, ou tem direitos, a benefícios variáveis decorrentes do seu envolvimento com a outra entidade e tem a capacidade de influenciar a natureza e a quantia desses benefícios através do poder que exerce sobre essa mesma entidade. Uma entidade controla outra entidade se, e apenas se tiver cumulativamente:

Poder sobre a outra entidade:

Uma entidade tem poder sobre outra entidade quando detém direitos que lhe conferem num determinado momento a capacidade para orientar as atividades relevantes, ou seja, as atividades que afetam significativamente os benefícios do seu envolvimento com a outra entidade. O direito de orientar as políticas operacionais e financeiras de outra entidade constitui uma indicação de que a entidade tem a capacidade para orientar as atividades relevantes de outra entidade.

O poder deriva de direitos. Em alguns casos a avaliação do poder é imediata, como sucede quando o poder sobre outra entidade é obtido diretamente, e exclusivamente, a partir dos direitos de voto decorrentes da detenção de instrumentos de capital próprio, como ações ou quotas, em que o mesmo decorre dos direitos de voto conferidos pelas participações financeiras. O poder pode ser obtido a partir de direitos que não o direito de voto, podendo resultar de acordos vinculativos.

A existência de direitos sobre outra entidade não confere a qualificação como poder. Uma entidade não tem poder sobre outra somente pela existência de: (a) Poder regulador; ou (b) Dependência económica.

Exposição, ou direitos, aos benefícios decorrentes do seu envolvimento com a outra entidade:

Uma entidade está exposta, ou detém direitos, a benefícios variáveis pelo seu envolvimento com outra entidade quando os benefícios que pretende pelo seu envolvimento podem variar em função do desempenho da outra entidade. As entidades envolvem-se com outras entidades com a expectativa de obtenção de benefícios financeiros ou não financeiros ao longo do tempo, podendo, num determinado período de relato, os benefícios ser positivos, negativos ou uma combinação de benefícios positivos e negativos.

A capacidade de exercer o seu poder sobre a outra entidade de modo a afetar a natureza e a quantia dos benefícios decorrentes do envolvimento com essa entidade:

Uma entidade controla outra entidade se a entidade não tem somente o poder sobre a outra entidade e exposição ou direitos a benefícios variáveis decorrentes do seu envolvimento com a outra entidade, mas também dispõe da capacidade de usar o seu poder para afetar a natureza ou a quantia dos benefícios decorrentes do seu envolvimento com outra entidade.

Uma entidade com poderes para tomada de decisões deve avaliar se é um agente ou um principal. Uma entidade deve também determinar se outra entidade com poderes para tomada de decisões está a atuar como um agente da entidade. Um agente é uma parte com o intuito de atuar em nome e em benefício de outra parte ou partes (o principal ou principais) e desta forma não controla a outra entidade quando exerce os seus poderes. Assim, por vezes, o poder do principal pode estar delegado e exercível por um terceiro, o agente, mas por nome e contado principal.

As políticas contabilísticas das entidades controladas são alteradas sempre que necessário de forma a garantir consistência com as políticas adotadas no Município de Matosinhos.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, foram utilizados os seguintes procedimentos de consolidação:

- Agregação de itens idênticos de ativos, passivos, património líquido, rendimentos, gastos e fluxos de caixa do Município de Matosinhos e das entidades controladas.

Das entidades que pertencem ao Grupo Municipal de Matosinhos, apenas o Município de Matosinhos e a empresa Matosinhos Habit utilizam o SNC-AP, sendo que as restantes entidades preparam as demonstrações financeiras no quadro do SNC aplicável às entidades em geral, assim como o aplicável às entidades do setor não lucrativo, conforme o caso. Por esse motivo, para efeitos das demonstrações financeiras consolidadas, procedeu-se à reclassificação das contas de SNC para o SNC-AP.

- Compensação (eliminação) da quantia escriturada do investimento da Município de Matosinhos em cada uma das entidades controladas e a proporção do património

líquido em cada uma das entidades controladas.

- Eliminação da totalidade os ativos, passivos, património líquido, rendimentos, gastos e fluxos de caixa relativos a transações entre entidades integradas no Grupo Município de Matosinhos.

Os ativos líquidos das entidades controladas atribuíveis às partes de capital detidas por entidades estranhas ao Grupo Municipal de Matosinhos são inscritas no Balanço na rubrica de Interesses que não controlam.

Os interesses detidos por entidades estranhas ao Grupo Município de Matosinhos sobre o resultado líquido das entidades controladas são identificados e ajustados por dedução ao resultado atribuível aos detentores do capital do Grupo Município e inscritos na demonstração dos resultados consolidados na rubrica de Interesses que não controlam.

c) Ativos intangíveis

Um ativo intangível apenas é reconhecido quando for provável que dele advenham benefícios económicos futuros ou potencial de serviço esperado e se o custo ou justo valor do ativo possa ser mensurado com fiabilidade.

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos e mensurados pelo seu custo de aquisição, menos amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Compreende, essencialmente, licenças de software, programas de computador e marcas e patentes.

Quando um ativo intangível é adquirido através de uma transação sem contraprestação, o seu custo inicial à data de aquisição é o seu justo valor nessa data. Dada a dificuldade em mensurar com fiabilidade o justo valor de alguns destes ativos, nomeadamente legados constituídos por espólios pessoais de figuras relevantes da história e cultura, aqueles não se encontram reconhecidos.

A quantia amortizável de um ativo intangível é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil. A amortização, calculada numa base duodecimal, começa quando o ativo está disponível para uso, isto é, quando se encontra na localização e condição necessárias para operar da forma pretendida pelo órgão de gestão.

O método de amortização deve refletir o padrão pelo qual se espera que os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço sejam consumidos pela entidade. O método de amortização utilizado no período de relato é o método da linha reta.

As licenças de software e programas de computador têm uma vida útil estimada de 3 anos. As marcas e patentes têm uma vida útil estimada de 3 anos.

d) Acordos de concessão de serviços: Concedente

Os ativos de concessão de serviços são reconhecidos quando as entidades incluídas no grupo autárquico controlam quais os serviços que o concessionário tem de prestar com o ativo, a quem tem de os prestar e a que preço, controlando, através de propriedade, o ativo no final do termo do acordo.

Os ativos em concessão são contabilizados de acordo com a NCP 5 - Ativos fixos tangíveis, pelo que os mesmos se encontram reconhecidos no Ativo fixo tangível, deduzidos das correspondentes depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

e) Ativos fixos tangíveis

Os Ativos fixos tangíveis são mensurados ao seu custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e quaisquer perdas por imparidades. O custo de um bem do ativo fixo tangível é reconhecido como ativo se, e apenas se: (a) For provável que fluirão para o Município de Matosinhos benefícios económicos futuros ou potencial de serviço associados ao bem; e (b) O custo ou o justo valor do bem puder ser mensurado com fiabilidade.

Quando um ativo fixo tangível é adquirido através de uma transação sem contraprestação, o seu custo inicial à data de aquisição é o seu justo valor nessa data. Dada a dificuldade em mensurar com fiabilidade o justo valor de alguns destes ativos, nomeadamente ativos significativos do património histórico e cultural, adquiridos ao longo de muitos anos através de doações e legados, alguns deles não se encontram reconhecidos. Estes ativos raramente são detidos pela sua capacidade de gerar influxos de caixa e é frequente existirem obstáculos legais para os usar para tais finalidades.

A quantia amortizável de um ativo fixo tangível é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil. As depreciações são calculadas, quando os bens estejam disponíveis para uso, pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos, em conformidade com as vidas úteis de referência previstas no Classificador complementar 2 - Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Nesta situação, são casuisticamente justificadas as razões que explicam uma eventual alteração do tempo de vida útil.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Edifícios e outras construções	10 a 80
Equipamento básico	1 a 10
Equipamento de transporte	1 a 10
Equipamento administrativo	1 a 8
Outros ativos fixos tangíveis	1 a 10

O método de depreciação reflete o padrão pelo qual se espera que os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço sejam usufruídos. Regra geral, é utilizado o método das quotas constantes (ou da linha reta), aplicado de forma consistente de período para período, a não ser que ocorra uma alteração no modelo de consumo esperado desses benefícios económicos futuros ou potencial de serviço.

f) Locações

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos. Assim, os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do ativo. As restantes locações são classificadas como operacionais.



Os Ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Os ativos com contratos de locação são totalmente depreciados durante o prazo de locação.

g) Custos de empréstimos obtidos

Os custos de empréstimos obtidos são, por regra, reconhecidos como gasto do período a que dizem respeito independentemente do tipo, natureza e finalidade dos empréstimos. Porém, nos casos em que os empréstimos sejam contraídos para financiar a aquisição, construção ou produção de um determinado ativo (um ativo que se qualifica), então os custos com esses empréstimos devem ser capitalizados como parte do custo dos ativos que financiam.

h) Propriedades de Investimentos

O grupo municipal de Matosinhos contabiliza como propriedades de investimento os terrenos e edifícios (ou parte deles) detidos para obtenção de rendas ou valorização de capital.

As propriedades de investimento encontram-se reconhecidas e mensuradas pelo modelo do custo, isto é, ao custo menos depreciações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade acumuladas. As depreciações são calculadas, quando os bens estejam disponíveis para uso, pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos, em conformidade com as estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Para este efeito são tidas em consideração as vidas úteis de referência previstas no Classificador complementar 2 - Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo.



Na transição, foram reclassificadas as Propriedades de investimento que haviam sido reconhecidos noutra classe de ativos de acordo com o POC-Administração Local, mas que de acordo com as normas de contabilidade pública atuais pertencem a esta classe de ativos.

i) Investimentos financeiros

Ao abrigo da NCP 23 - Investimentos em Associadas e Empreendimentos conjuntos, o Município de Matosinhos passou a aplicar o método de equivalência patrimonial na contabilização dos investimentos financeiros das entidades sobre as quais exerce influência significativa ou controlo.

A existência de influência significativa por parte de uma entidade é geralmente evidenciada por uma ou mais das seguintes formas: (a) representação no conselho de administração ou órgão de gestão equivalente da participada; (b) participação em processos de decisão de políticas; (c) transações materiais entre o investidor e a participada; (d) intercâmbio de pessoal de gestão; ou (e) prestação de informação técnica essencial.

Pelo método da equivalência patrimonial, o investimento financeiro é reconhecido pelo custo aquando do reconhecimento inicial, sendo a quantia escriturada aumentada ou diminuída para reconhecer a evolução da quota-parte da investidora nos resultados da participada depois da data da aquisição. A quota-parte da investidora nos resultados da participada é reconhecida nos resultados da investidora. As distribuições recebidas de uma participada reduzem a quantia escriturada do investimento. A quantia escriturada poderá também ter de ser ajustada por forma a refletir a evolução do interesse da investidora na participada, resultantes de alterações no capital próprio desta que não tenham sido reconhecidas nos seus resultados. Tais alterações incluem as provenientes de revalorização de ativos fixos tangíveis e de diferenças de transposição de moeda estrangeira. A parte da investidora nessas alterações é reconhecida diretamente no património líquido.

j) Imparidade de ativos

As quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis são revistas anualmente para determinar a existência de imparidade. Em caso de existência de tais indícios, procede-se à



determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a existência e extensão da perda por imparidade.

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado não possa ser recuperado, é efetuada uma nova avaliação de imparidade.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios de que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

l) Inventários

Os inventários encontram-se registados ao menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo inclui o custo de aquisição, bem como as despesas adicionais de compra. O valor realizável líquido refere-se à quantia líquida que a entidade espera realizar com a venda dos inventários no decurso normal das operações.

Quando o valor do custo é superior ao valor realizável líquido é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença. As variações do período nas perdas por imparidade de inventários são registadas nas rubricas de resultados “Perdas por imparidade em inventários” e “Reversões de perdas por imparidade em inventários”. Quando os inventários são vendidos ou consumidos, a quantia escriturada desses inventários é reconhecida como um gasto do período em que o respetivo rendimento é reconhecido.

m) Instrumentos financeiros

O tratamento dos instrumentos financeiros segue o preconizado na NCP 18 - Instrumentos financeiros.

O grupo municipal reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros são registados ao custo amortizado e apresentados no balanço deduzidos de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido. As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

Os passivos financeiros são registados no passivo ao custo amortizado, deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração. Instrumento de capital próprio é qualquer contrato que evidencie um interesse residual nos ativos de uma entidade depois de deduzir todos os seus passivos.

n) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando, cumulativamente, existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. O Município de Matosinhos não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

o) Benefícios dos empregados

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

p) Regime do acréscimo

O grupo municipal de Matosinhos regista os seus gastos e rendimentos na base do acréscimo, pela qual são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes gastos e perdas e rendimentos e ganhos são registadas nas rubricas “Outros créditos a receber”, “Outras dívidas a pagar” ou “Diferimentos”.

q) Rendimentos

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para o grupo autárquico de Matosinhos benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade.

Vendas e prestações de serviços

São reconhecidos pelo seu justo valor da retribuição recebida ou a receber. O justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas. Os serviços podem ser prestados durante mais do que um período, atendendo-se, nestas circunstâncias ao regime do acréscimo.

Transferências e subsídios correntes obtidos

As transferências/subsídios obtidos são reconhecidos quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que o grupo municipal cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

As transferências/subsídios obtidos afetos a despesas correntes são reconhecidos na rubrica de Diferimentos, sendo registados como rendimento do período (rubrica “Transferências e subsídios correntes obtidos”), na proporção, respetivamente, dos correspondentes gastos incorridos.

As transferências/subsídios relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos no Património Líquido, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados (rubrica “Imputação de subsídios e transferências para investimentos”) numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados, ou seja, na proporção dos respetivos gastos de depreciação e de amortização durante a vida útil dos ativos. No caso de o subsídio estar relacionado com ativos não depreciables, são mantidos no Património Líquido, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

As transferências/subsídios reembolsáveis são contabilizadas como Passivos, na rubrica “Financiamentos obtidos”.

r) Partes relacionadas

O grupo municipal de Matosinhos identifica as entidades relacionadas de acordo com os critérios estabelecidos na NCP 20 - Partes relacionadas, divulgando, quando aplicável, informação acerca das transações existentes.

Neste contexto, são identificadas como partes relacionadas:

- As entidades incluídas no perímetro de consolidação do Município de Matosinhos;
- O Órgão executivo;
- O Fiscal Único;
- As entidades de supervisão, dado que as funções que exercem lhes confere uma influência significativa, mas não de controlo, nas decisões financeiras e operacionais do Município de Matosinhos, nomeadamente o Ministério das Finanças, bem como o Tribunal de Contas.

s) Enquadramento fiscal

De acordo com o disposto na alínea a) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 9.º do Código sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, o Município de Matosinhos (entidade consolidante) goza de isenção parcial de IRC, uma vez que a referida isenção não compreende os rendimentos de capitais, tal como são definidos para efeitos de IRS. O mesmo já não acontece com as entidades consolidadas, que nos termos do CIRC, estão sujeitas a tributação na matéria coletável decorrente dos lucros fiscais apurados, deduzidos de eventuais reportes de prejuízos, a uma taxa de 21% da matéria coletável acrescida de 1,50% a título de Derrama.

Nota 4 - Ativos intangíveis

Em 2021, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis encontra-se nos quadros seguintes.

Quadro 3.1 – Ativos Intangíveis - Variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (1)	Amortizações Acumuladas (2)	Perdas por Imparidade Acumuladas (3)	Quantia escriturada (4)=(1)-(2)-(3)	Quantia Bruta (5)	Amortizações Acumuladas (6)	Perdas por Imparidade Acumuladas (7)	Quantia escriturada (8)=(5)-(6)-(7)
ATIVOS INTANGÍVEIS								
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Goodwill								
Projetos de desenvolvimento	2 204 595,35	2 155 957,07	0,00	48 638,28	3 071 427,81	2 371 309,78	0,00	700 118,03
Programas de computador e sistemas de informação	770 808,89	523 294,64	0,00	247 514,25	858 945,74	279 238,17	0,00	579 707,57
Propriedade industrial e intelectual								
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	722 620,78	552 363,36	0,00	170 257,42
Ativos intangíveis em curso	32 668,10	0,00	0,00	32 668,10	32 668,10	0,00	0,00	32 668,10
TOTAL	3 008 072,34	2 679 251,71	0,00	328 820,63	4 685 662,43	3 202 911,31	0,00	1 482 751,12

Quadro 3.2 - Ativos Intangíveis - Quantia escriturada e variações do período

RUBRICAS	Quantia Escriturada Inicial	Variações								Quantia Escriturada Final
		Adições	Transf. Internas à Entidade	Revalorizações	Reversões de Perdas por Imparidade	Perdas por Imparidade	Amortiz. do Período	Diferenças Cambiais	Diminuições	
ATIVOS INTANGÍVEIS										
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Goodwill										
Projetos de desenvolvimento	48 638,28	866 832,46					-2 152 352,71			-1 236 881,97
Programas de computador e sistemas de informação	15 034,69	779 850,54					-215 177,66			579 707,57
Propriedade industrial e intelectual	232 479,56	30 907,09					-93 129,23			170 257,42
Outros										
Ativos intangíveis em curso	32 668,10									32 668,10
TOTAL	328 820,63	1 677 590,09	0,00	0,00	0,00	0,00	-2 460 659,60	0,00	0,00	-454 248,88

Quadro 3.2A - Ativos Intangíveis - Adições

RUBRICAS	Adições										
	Internas	Compra	Cessão	Transf. Ou Troca	Expropriação	Doação, Herança, Legado	Dação em Pagamento	Locação Financeira	Fusão, Cisão, Reestruturação	Outras	Total
ATIVOS INTANGÍVEIS											
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural											
Goodwill											
Projetos de desenvolvimento											
Programas de computador e sistemas de informação		116 822,88		62 499,99						707 976,79	887 299,66
Propriedade industrial e intelectual		460 859,12		122 453,78						176 070,44	759 383,34
Outros										30 907,09	30 907,09
Ativos intangíveis em curso											
TOTAL	0,00	577 682,00	0,00	184 953,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	914 954,32	1 677 590,09

As amortizações dos ativos intangíveis estão incluídas linhas dos “Gastos/reversões de depreciação e amortização” da demonstração de resultados por natureza.

Nota 4 - Acordos de concessão de serviços: concedente

Os contratos de concessão do grupo municipal correspondem aos contratos de concessão do município, que se encontram espelhados no seguinte quadro:

Quadro 4 - Acordos de concessão de serviço

Acordos de concessão de serviço	Concessionário	Ativo de concessão	Período de concessão	Valor do contrato	Pagamentos ao concessionário		
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Exploração da concessão de distribuição de eletricidade em abixa tensão	EDP DISTRIBUICAO - ENERGIA, S.A.	—	20 anos	—	—	—	—
Concessão da exploração do sistema municipal de distribuição de água e de drenagem de águas	INDAQUA MATOSINHOS - Gestão de Águas de Matosinhos, S.A.	—	25 anos	15 000 000,00	—	—	—

Nota 5 - Ativos fixos tangíveis

Os bens do ativo fixo tangível foram mensurados pelo seu custo e o gasto de depreciação dos ativos inicia quando fica disponível para uso e cessa quando o ativo é desreconhecido. O grupo municipal utiliza o método das quotas constantes (ou da linha reta) para calcular as depreciações.

O grupo municipal teve presente a aplicação do princípio da substância sobre a forma, reconhecendo os ativos que controla, independentemente da propriedade, como resultado de um evento passado, com capacidade de proporcionar um influxo ou potencial de serviço ou de benefícios económicos futuros [Mapa 5.1 - Ativos Fixos Tangíveis em poder de terceiros].

Com a transição do regime contabilístico da entidade mãe (Município), houve necessidade de proceder a ajustes nos ativos fixos tangíveis, decorrentes da atualização da vida, que refletiu nos saldos iniciais dessa entidade.

Em 2021, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos tangíveis encontra-se conforme os quadros que se seguem.

Quadro 5.1 - Ativos Fixos Tangíveis - Variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (1)	Depreciações Acumuladas (2)	Perdas por Imparidade Acumuladas (3)	Quantia escriturada (4)=(1)-(2)-(3)	Quantia Bruta (5)	Depreciações Acumuladas (6)	Perdas por Imparidade Acumuladas (7)	Quantia escriturada (8)=(5)-(6)-(7)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	9 146 876,20	0,00	0,00	9 146 876,20	9 186 971,20	0,00	0,00	9 186 971,20
Edifícios e outras construções	42 734 823,16	18 358 617,98	0,00	24 376 205,18	42 739 267,07	19 685 976,35	0,00	23 053 290,72
Infraestruturas	275 852 559,26	234 001 587,83	0,00	41 850 971,43	277 015 140,74	239 397 042,83	0,00	37 618 097,91
Património histórico, artístico e cultural	4 965 358,66	535 966,41	0,00	4 429 392,25	5 098 676,82	580 844,97	0,00	4 517 831,85
Outros bens de domínio público	7 697 837,33	2 744 118,39	0,00	4 953 718,94	8 293 198,59	3 253 604,36	0,00	5 039 594,23
Bens de domínio público em curso	9 658 605,90	0,00	0,00	9 658 605,90	19 889 765,15	0,00	0,00	19 889 765,15
	350 056 060,51	255 640 290,61	0,00	94 415 769,90	362 223 019,57	262 917 468,51	0,00	99 305 551,06
Ativos fixos em concessão								
Terrenos e recursos naturais								
Edifícios e outras construções	3 073 886,89	1 944 193,51	0,00	1 129 693,38	3 073 886,89	1 967 905,27	0,00	1 105 981,62
Infraestruturas	84 634 819,59	28 081 412,42	0,00	56 553 407,17	84 634 819,59	29 993 741,20	0,00	54 641 078,39
Património histórico, artístico e cultural								
Ativos fixos em concessão em curso								
	87 708 706,48	30 025 605,93	0,00	57 683 100,55	87 708 706,48	31 961 646,47	0,00	55 747 060,01
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	159 981 945,75	0,00	0,00	159 981 945,75	165 205 545,86	0,00	0,00	165 205 545,86
Edifícios e outras construções	416 533 473,69	131 688 080,49	0,00	284 845 393,20	422 295 108,33	141 995 631,19	0,00	280 299 477,14
Equipamento básico	20 748 863,73	17 254 020,29	0,00	3 494 843,44	21 070 540,51	18 109 635,20	0,00	2 960 905,31
Equipamento de transporte	3 697 305,55	2 916 629,63	0,00	780 675,92	4 114 197,80	3 086 732,39	0,00	1 027 465,41
Equipamento administrativo	12 873 607,93	11 398 193,81	0,00	1 475 414,12	9 835 902,05	8 370 960,97	0,00	1 464 941,08
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	10 000 301,18	9 296 996,40	0,00	703 304,78	10 365 918,55	9 630 174,73	0,00	735 743,82
Ativos fixos tangíveis em curso	15 969 098,09	0,00	0,00	15 969 098,09	35 627 657,02	0,00	0,00	35 627 657,02
	639 804 595,92	172 553 920,62	0,00	467 250 675,30	668 514 870,12	181 193 134,48	0,00	487 321 735,64
TOTAL	1 077 569 362,91	458 219 817,16	0,00	619 349 545,75	1 118 446 596,17	476 072 249,46	0,00	642 374 346,71

Quadro 5.2 - Ativos Fixos Tangíveis - Quantia Escriturada e variação do período

RUBRICAS	Variações no período									
	Quantia Escriturada Inicial	Adições	Transferências Internas à Entidade	Revalorizações	Reversões de Perdas por Imparidade	Perdas por Imparidade	Depreciações do Período	Diferenças Cambiais	Diminuições	Quantia escriturada Final
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Terrenos e recursos naturais	9 146 876,20	40 095,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9 186 971,20
Edifícios e outras construções	24 376 205,18	4 443,91	0,00	0,00	0,00	0,00	-1 327 358,37	0,00	0,00	23 053 290,72
Infraestruturas	41 850 971,43	697 991,78	464 589,70	0,00	0,00	0,00	-5 395 455,00	0,00	0,00	37 618 097,91
Património histórico, artístico e cultural	4 429 392,25	133 318,16	0,00	0,00	0,00	0,00	-44 878,56	0,00	0,00	4 517 831,85
Outros bens de domínio público	4 953 718,94	119 856,07	475 505,19	0,00	0,00	0,00	-509 485,97	0,00	0,00	5 039 594,23
Outros Bens de domínio público em curso	9 658 605,90	13 218 623,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-2 987 463,87	19 889 765,15
	94 415 769,90	14 214 328,04	940 094,89	0,00	0,00	0,00	-7 277 177,90	0,00	-2 987 463,87	99 305 551,06
Ativos fixos em concessão										
Terrenos e recursos naturais										
Edifícios e outras construções	1 129 693,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-23 711,76	0,00	0,00	1 105 981,62
Infraestruturas	56 553 407,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1 912 328,78	0,00	0,00	54 641 078,39
Património histórico, artístico e cultural										
Ativos fixos em concessão em curso										
	57 683 100,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1 936 040,54	0,00	0,00	55 747 060,01
Outros ativos fixos tangíveis										
Terrenos e recursos naturais	159 981 945,75	5 240 707,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-17 107,20	165 205 545,86
Edifícios e outras construções	284 845 393,20	5 417 304,65	344 329,99	0,00	0,00	0,00	-10 307 550,70	0,00	0,00	280 299 477,14
Equipamento básico	3 494 843,44	661 004,77	0,00	0,00	0,00	0,00	-855 614,91	0,00	-339 327,99	2 960 905,31
Equipamento de transporte	780 675,92	450 727,47	0,00	0,00	0,00	0,00	-170 102,76	0,00	-33 835,22	1 027 465,41
Equipamento administrativo	1 475 414,12	926 383,43	0,00	0,00	0,00	0,00	3 027 232,84	0,00	-3 964 089,31	1 464 941,08
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	703 304,78	1 192 926,73	0,00	0,00	0,00	0,00	-333 178,33	0,00	-827 309,36	735 743,82
Ativos fixos tangíveis em curso	15 969 098,09	22 543 944,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-2 885 385,67	35 627 657,02
	467 250 675,30	36 432 998,96	344 329,99	0,00	0,00	0,00	-8 639 213,86	0,00	-8 067 054,75	487 321 735,64
TOTAL	619 349 545,75	50 647 327,00	1 284 424,88	0,00	0,00	0,00	-17 852 432,30	0,00	-11 054 518,62	642 374 346,71

Quadro 5.2A - Ativos Fixos Tangíveis - Adições

RUBRICAS	Adições										
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Expropriação	Doação, Herança, Legado ou Perdido a favor do Estado	Dação em Pagamento	Locação Financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio											
Terrenos e	0,00	2 142,00	0,00	0,00	0,00	37 953,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40 095,00
Edifícios e	0,00	4 443,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4 443,91
Infraestrutura	0,00	676 831,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21 160,53	697 991,78
Património	0,00	122 342,20	0,00	0,00	0,00	5 000,00	0,00	0,00	0,00	5 975,96	133 318,16
Outros bens	0,00	113 988,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5 867,10	119 856,07
Outros Bens	0,00	13 218 623,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13 218 623,12
	0,00	14 138 371,45	0,00	0,00	0,00	42 953,00	0,00	0,00	0,00	33 003,59	14 214 328,04
Ativos fixos em											
Terrenos e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestrutura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos											
Terrenos e	0,00	4 443 728,94	0,00	0,00	0,00	14 850,00	753 382,50	0,00	0,00	28 745,87	5 240 707,31
Edifícios e	0,00	5 409 503,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7 801,13	5 417 304,65
Equipamento	0,00	659 791,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 213,60	661 004,77
Equipamento	0,00	424 645,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26 082,15	450 727,47
Equipamento	0,00	773 339,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	153 044,31	926 383,43
Equipamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	494 627,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	698 299,29	1 192 926,73
Ativos fixos	0,00	22 543 944,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22 543 944,60
	0,00	34 749 580,11	0,00	0,00	0,00	14 850,00	753 382,50	0,00	0,00	915 186,35	36 432 998,96
TOTAL	0,00	48 887 951,56	0,00	0,00	0,00	57 803,00	753 382,50	0,00	0,00	948 189,94	50 647 327,00

RUBRICAS	Diminuições					
	Alienações a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	-2 987 463,87	-2 987 463,87
	0,00	0,00	0,00	0,00	-2 987 463,87	-2 987 463,87
Ativos fixos em concessão						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	-17 107,20	0,00	0,00	0,00	0,00	-17 107,20
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento básico	0,00	0,00	0,00	0,00	-339 327,99	-339 327,99
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	-33 835,22	-33 835,22
Equipamento administrativo	0,00	-273 022,55	0,00	0,00	-3 691 066,76	-3 964 089,31
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	-824 379,21	0,00	0,00	-2 930,15	-827 309,36
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	-2 885 385,67	-2 885 385,67
	-17 107,20	-1 097 401,76	0,00	0,00	-6 952 545,79	-8 067 054,75
TOTAL	-17 107,20	-1 097 401,76	0,00	0,00	-9 940 009,66	-11 054 518,62

Nota 6 - Locações

No grupo municipal existem vários contratos de locação operacional e financeira, que se apresentam no seguinte quadro, discriminado por entidade:

Quadro 6.1 - Locações operacionais - locatário

Quadro 6.1 - Locações operacionais - locatário												
ENTIDADE	Contrato	Bens Locados	Valor do contrato	Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos
				Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total	
				Pagamentos mínimos	Rendas contingentes	Pagamentos mínimos	Rendas contingentes					
MUNICÍPIO	8/18	Aluguer operacional de veículos ligeiros de passageiros	9,00	31 339,30	0,00	96 563,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	270/18	Locação de veículos ligeiros de passageiros	69 280,20	28 405,08	0,00	52 660,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	114/20	Locação operacional de 14 veículos ligeiros de passageiros de 5 e 7 lugares	86 569,92	22 183,50	0,00	10 211,28	0,00	26 620,25	35 493,67	0,00	62 113,92	0,00
	163/20	Locação operacional de 6 veículos ligeiros de passageiros (híbridos)	71 884,80	22 104,52	0,00	9 982,63	0,00	29 472,72	12 280,36	0,00	41 753,08	0,00
			31 385,28	0,00	0,00	0,00	0,00	13 672,21	24 931,68	0,00		
		Total	259 129,20	104 032,40	0,00	169 417,22	0,00	69 765,18	72 705,71	0,00	103 867,00	0,00
MATOSINHOS HABIT	Contrato de Renting	Fotocopiadoras	27 571,68	5 747,10		5 747,10		5 747,10	16 077,48			21 824,58
	Aluguer de Equipamento Informático	Computadores	16 743,89	4 446,48		7 357,69		4 446,48	4 939,40			9 386,20
	Aluguer de Viatura	Viatura elétrica de passageiros	33 303,28	8 190,36		9 371,24		8 190,36	15 741,68			23 932,04
	Aluguer de Equipamento Informático	Computadores	11 713,38	3 091,28		3 672,99		3 091,28	4 949,11			8 040,39
	Aluguer de Equipamento Informático	Computadores	18 050,30	4 512,56		12 785,59		4 512,56	752,15			5 264,71
	Aluguer de Viatura	Viatura de mercadorias	15 093,58	3 599,28		8 698,26		3 599,28	2 796,04			6 395,32
	Aluguer de Equipamento Informático	Computadores	18 674,94	4 668,72		17 507,70		1 167,24				1 167,24
	Aluguer de Viatura	Viaturas de passageiros	21 587,88	6 666,06		21 587,88						0,00
	Aluguer de Viatura	Viaturas de passageiros	6 666,06	6 666,06		6 666,06						0,00
	Contrato	Licenças de Software	20 049,00	4 920,00		20 049,00						0,00
		Total	189 453,99	52 507,90	0,00	113 443,51	0,00	30 754,30	45 255,86	0,00	0,00	76 010,48
TOTAL			448 583,19	156 540,30	0,00	282 860,73	0,00	100 519,48	117 961,57	0,00	103 867,00	76 010,48

Quadro 6.2 - Locações financeira - locatário

Quadro 6.2 - Locações financeira - locatário											
ENTIDADE	Bens Locados	Valor do contrato	Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos
			Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total	
			Pagamentos mínimos	Rendas contingentes	Pagamentos mínimos	Rendas contingentes					
MATOSINHOS HABIT	Equipamento transporte	39 360,00	6 594,38	184,04	25 832,69	3 293,45	6 932,93				6 932,93
	Total	39 360,00	6 594,38	184,04	25 832,69	3 293,45	6 932,93	0,00	0,00	0,00	6 932,93

Nota 7 - Custo de empréstimos obtidos

Os custos de empréstimos obtidos foram registados como gasto no período, dado que em 2020 não existem ativos que se qualifiquem conforme definido na NCP 7.

Nota 8 - Propriedades de investimento (NCP8)

As propriedades de investimento são mensuradas ao custo. O custo de aquisição compreende o seu preço de compra e quaisquer outros gastos que lhe sejam diretamente imputáveis.

De seguida apresenta-se o quadro com as propriedades de investimento no início e no final do ano.

Quadro 8.1 – Propriedades de Investimento: modelo do custo

RUBRICAS	Quantia Escriturada Inicial	Variações (Modelo do Custo)							Quantia Escriturada Final	Gastos do período	Rendimentos do período	
		Adições	Transf. Internas à entidade	Depreciações do período	Perdas por Imparidade	Reversões de Perdas por Imparidade	Diferenças Cambiais	Diminuições			Rendas	Outros
PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO												
Bens de Domínio Público												
Terrenos e Recursos Naturais									0,00			
Edifícios e Outras Construções	3 307 895,33	276 051,30		-420 673,31					3 163 273,32		391 021,06	
Outras PI									0,00			
PI em Curso									0,00			
TOTAL	3 307 895,33	276 051,30	0,00	-420 673,31	0,00	0,00	0,00	0,00	3 163 273,32	0,00	391 021,06	0,00

Quadro 8.2A – Propriedades de Investimento - Modelo do custo - Adições

RUBRICAS	Adições (Modelo do Custo)										
	Internas	Compra	Cessão	Transf. Ou Troca	Expropriação	Doação, Herança, Legado	Dação em Pagamento	Locação Financeira	Fusão, Cisão, Reestruturação	Outras	Total
PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO											
Bens de Domínio Público											
Terrenos e Recursos Naturais											
Edifícios e Outras Construções		276 051,30									276 051,30
Outras PI											
PI em Curso											
TOTAL	0,00	276 051,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	276 051,30

Quadro 8.2B – Propriedades de Investimento - Modelo do custo - Diminuições

RUBRICAS	Diminuições (Modelo do custo)				
	Alienação a título oneroso	Transferência ou Troca	Fusão, Cisão, Reestruturação	Outras	Total
PROPRIEDADE DE INVESTIMENTO					
Bens de Domínio Público					
Terrenos e Recursos Naturais					
Edifícios e Outras Construções					0,00
Outras PI					
PI em Curso					
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota 9 – Imparidade de ativos

Relativamente aos ativos que não estão mensurados ao justo valor através dos resultados, o grupo municipal e nos que se verificaram indícios de imparidade, foi efetuada uma análise e constituídas reforços nos diferentes ativos.

Os movimentos das imparidades de ativos encontram-se refletidos nos mapas abaixo:

Classes	Quantia Bruta	Perdas por Imparidades Acumulada	Reversão de Imparidades	Quantia Recuperável	Quantia Bruta
Outros instrumentos financeiros a curto prazo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis obtidos	3 164 910,68	0,00	0,00	3 164 910,68	3 164 910,68
Clientes, contribuintes e utentes	1 870 946,14	1 456 520,04	0,00	414 426,10	296 013,96
Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Acionistas/sócios/associados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras contas a receber	46 720 114,58	1 972 578,02	0,00	44 747 536,56	46 720 114,58
Mercadorias	159 780,17	83 312,64	0,00	76 467,53	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	121 439,52	40 656,19	0,00	80 783,33	121 439,52
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos financeiros	20 470 857,87	10 000,00	0,00	20 460 857,87	20 470 857,87
Propriedades de investimento	3 163 273,32	0,00	0,00	3 163 273,32	3 163 273,32
Ativos fixos tangíveis	586 297 938,77	0,00	0,00	586 297 938,77	586 297 938,77
Ativos intangíveis	1 429 526,13	0,00	0,00	1 429 526,13	1 429 526,13
Investimentos em curso	55 550 090,27	0,00	0,00	55 550 090,27	55 550 090,27
Ativos não correntes detidos para venda	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL:	718 948 877,45	3 563 066,89	0,00	715 385 810,56	717 214 165,10

Quadro 9.2 - Movimentos de imparidades por ativos

Classes	Saldo Inicial	Reforço	Reversão	Saldo final
Clientes, contribuintes e utentes	1 942 998,94	60 107,80	546 586,70	1 456 520,04
Outras contas a receber e a pagar	1 744 309,90	311 580,76	0,00	2 055 890,66
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	39 821,22	834,97	0,00	40 656,19
Investimentos financeiros	10 000,00	0,00	0,00	10 000,00
TOTAL:	3 737 130,06	372 523,53	546 586,70	3 563 066,89

Nota 10 - Inventários

De seguida apresenta-se o quadro com a informação dos valores da conta de inventários e os movimentos do período.

Quadro 10.1 - Inventários

Ativo	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Mercadorias	0,00	0,00	0,00
Matérias primas, subsidiarias e de consumo	121 439,52	40 656,19	80 783,33
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00
Total	121 439,52	40 656,19	80 783,33

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período							Quantia escriturada final
		Compras Líquidas	Consumos/ gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de Inventários	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(1)+(2)-(3)-/(4)-(5)+(6)-(7)+(8)
Mercadorias	0,00	6 847,87	6 847,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	140 444,41	1 163 458,28	1 174 220,73	0,00	40 656,19	0,00	10 901,66	2 659,22	80 783,33
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	140 444,41	1 170 306,15	1 181 068,60	0,00	40 656,19	0,00	10 901,66	2 659,22	80 783,33

Nota 11 – Ativos biológicos

O grupo municipal não é detentor de ativos biológicos enquadráveis na NCP 11.

Nota 12 – Contratos de construção

A atividade do grupo municipal de Matosinhos não originou nenhuma atividade que se relacione com contratos de construção, nos termos da NCP12.

Nota 13 - Rendimento de transações com contraprestação

As notas têm por objetivo prescrever o tratamento contabilístico do rendimento proveniente de transações e acontecimentos que tenham uma contraprestação, destacando como aspeto principal a determinação do momento do reconhecimento.

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade. De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos.

Quadro 13 - Rendimentos com contraprestação

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido	
	Resultados	Património líquido
Taxas, multas e outras penalidades	8 014 047,37	0,00
Vendas	32 592,88	0,00
Prestação de serviços	18 227 571,99	0,00
Alienações	0,00	0,00
Rendas/Concessões	4 662 243,32	0,00
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	1 128 732,18	0,00
TOTAL	32 065 187,74	0,00

Nota 14 - Rendimento de transações sem contraprestação

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências.

Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas.

As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos.

De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos:

Quadro 14 - Rendimentos sem contraprestação

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em	
	Resultados	Património líquido
Impostos diretos	36 097 167,19	0,00
Impostos indiretos	24 006 362,93	0,00
Multas e outras penalidades	409 538,78	0,00
Transferências e subsídios correntes obtidos	36 570 897,24	0,00
Legado, Ofertas e Doações	3 501,20	0,00
Reversões	1 102 567,12	0,00
Imputação de subsídios e transferências para investimentos	5 210 917,77	0,00
Outros	174 822,54	0,00
TOTAL	103 575 774,77	0,00

(a) Legado, Ofertas e Doações.

Mapa 14.1 - Legado, Ofertas e Doações

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em	
	Resultados	Património líquido
Legado, Ofertas e Doações	3 501,20	57 803,00
Doações - Inventários	3 501,20	
Doações - Ativos Fixos Tangíveis		57 803,00

(b) Reversão de perdas de imparidades

Mapa 14.2 - Reversões de perdas por imparidade

Tipo de rendimento	Valor
Reversões de perdas por imparidade:	15 958,68
Clientes, contribuintes e utentes	13 150,89
Clientes	13 150,89
Em inventários	2 807,79
Matérias subsidiárias	7,90
Peças e outros materiais de manutenção	24,37
Combustíveis e Lubrificantes - Outros	379,52
Ferramentas e Utensílios	161,73
Artigos de Higiene e Limpeza	2 234,27

Mapa 14.3 - Reversões de Provisões

Tipo de rendimento	Valor
Reversões de perdas por imparidade:	1 086 608,44
Impostos, contribuições e juros de mora	
Garantias a clientes	
Processos judiciais em curso	1 086 608,44
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	
Matérias ambientais	
Contratos onerosos	
Reestruturação	
Outras provisões	

As reversões relativas a Clientes, Contribuintes e Utentes justificam-se pelos recebimentos; declaração em falhas de receita da Câmara (art.º 272º C.P.P.T.) e à prescrição de processos (art.º 175º C.P.P.T. conjugado com art.º 45º L.G.T.)

As reversões relativas a Inventários, justificam-se pelo decrescimento de situações de obsolescência, deterioração física parcial e quebra de preços.

Nota 15 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

15.1 - Provisões

Relativamente aos diversos processos judiciais que se encontram em curso, foram efetuados ajustes de provisões já constituídas e para fazer face a novos processos identificados, nas diversas entidades do grupo municipal.

Quadro 15.1 - Provisões

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial (1)	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final (10)=(1)+(5)-(9)
		Reforços (2)	Aumentos da quantia descontada (3)	Outros aumentos (4)	Total aumentos (5)=(2)+(3)+(4)	Utilizações (6)	Reversões (7)	Outras diminuições (8)	Total diminuições (9)=(6)+(7)+(8)	
Impostos, contribuições e taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Garantias a clientes	11 429 663,02	0,00	0,00	262 658,03	262 658,03	211 148,27	691 117,20	447 001,00	1 349 266,47	10 343 054,58
Processos judiciais em curso										
Acidentes de trabalho e doenças profissionais, matérias ambientais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos onerosos Reestruturação e reorganização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos fogos habitacionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras provisões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	11 429 663,02	0,00	0,00	262 658,03	262 658,03	211 148,27	691 117,20	447 001,00	1 349 266,47	10 343 054,58

Nota 16 – Efeitos de alterações em taxas de câmbio

O grupo municipal não efetuou transações em moeda estrangeira.

Nota 17 – Acontecimentos após data de relato

A apresentação dos documentos de consolidação de contas deste ano surge num dos momentos mais conturbados dos últimos anos. Em 24 de março de 2022, ocorreu a invasão da Ucrânia pela Rússia, sendo considerada a mais grave crise militar na Europa desde a Segunda Guerra Mundial.

Dada a situação de conflito na Ucrânia, o Estado Português disponibilizou vários serviços e meios de apoio para cidadãos portugueses e cidadãos ucranianos que já se encontram em Portugal ou que se estejam a deslocar para o país.

Foi criado um programa especial de acolhimento para cidadãos ucranianos que venham para Portugal, que inclui várias medidas no âmbito do regime de proteção temporária. Este regime permite a atribuição automática de autorização de residência temporária e um título de proteção temporária, entre outros benefícios.

O grupo municipal de Matosinhos até à data da elaboração das presentes demonstrações financeiras consolidadas, não identificou circunstâncias que possam pôr em causa a continuidade das suas atividades no prazo mínimo de um ano, nomeadamente decorrentes dos desenvolvimentos atuais relacionados com o conflito iniciado na região da Ucrânia, dos quais não se espera impactos que obriguem a suspender ou reduzir significativamente a atividade nas diversas entidades do grupo.

Nota 18 – Instrumentos financeiros

18.1 - Ativos financeiros

Durante o período findo a 31 de dezembro de 2021, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos financeiros, foi o seguinte:

Quadro 18.1 - Ativos Financeiros

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos		Diminuições		Quantia escriturada final
		Reversões de perdas por imparidade	Outros aumentos	Perdas por imparidade	Outras diminuições	
Caixa e seus equivalentes	35 545 203,39	0,00	318 466 863,21	0,00	315 903 756,34	38 108 310,26
Caixa	32 492,27	0,00	116 809 681,75	0,00	116 818 000,53	24 173,49
Depósitos bancários	35 512 711,12	0,00	201 657 181,46	0,00	199 085 755,81	38 084 136,77
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado						
Ativo não corrente	1 944 095,70	0,00	3 808 711,16	0,00	4 031 508,70	1 721 298,16
Outros ativos financeiros	20 906,15	0,00	8 711,16	0,00	591,99	29 025,32
Devedores por empréstimos bonificados e sub. reembolsáveis	16 213,79	0,00	0,00	0,00	0,00	16 213,79
Outras contas a receber	1 906 975,76	0,00	3 800 000,00	0,00	4 030 916,71	1 676 059,05
Ativo corrente	45 421 212,90	532 257,66	228 529 982,93	311 580,76	227 410 111,73	46 761 761,00
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	1 703 084,50	0,00	54 549 471,73	0,00	53 087 645,55	3 164 910,68
Cientes, contribuintes e utentes	415 975,35	532 257,66	80 185 016,22	0,00	80 533 984,82	599 264,41
Outras contas a receber	43 302 153,05	0,00	93 795 494,98	311 580,76	93 788 481,36	42 997 585,91
Total	82 910 511,99	532 257,66	550 805 557,30	311 580,76	547 345 376,77	86 591 369,42

18.1.1 Outras Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de Outras contas a receber tinha a seguinte decomposição:

Mapa 18.1.1 – Contas a receber

Outras contas a receber	2021	2020
Médio e Longo Prazo		
Devedores por contratos de concessão	1 676 059,05	1 906 975,76
Curto Prazo		
Adiantamento fornecedores	880 970,22	880 970,22
Cauções prestadas a terceiros	6 033,27	300,00
Devedores por contratos de concessão	230 916,71	3 115 833,51
Devedores por acréscimos	35 691 787,00	36 677 224,24
Outros devedores	6 187 878,71	2 627 825,08
TOTAL	44 673 644,96	45 209 128,81

18.2 - Passivos financeiros

Durante o período findo a 31 de dezembro de 2021, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos passivos financeiros, foi o seguinte:

Quadro18.2 - Passivos Financeiros

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos	Diminuições	Quantia escriturada final
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado				
Passivo não corrente				
Financiamentos obtidos	30 190 081,59	17 117 016,02	8 270 925,69	39 036 171,92
Outras contas a pagar	122 620,02	0,00	115 766,96	6 853,06
Passivo corrente				
Credores por trans ferências e subsídios não reembolsáveis	10 710,00	16 256 950,85	16 261 510,85	6 150,00
Fornecedores	1 048 563,81	70 429 124,76	69 819 004,82	1 658 683,75
Financiamentos obtidos	5 075 715,78	7 262 979,57	9 434 644,54	2 904 050,81
Fornecedores de investimentos	126 335,75	85 240 743,01	84 781 414,40	585 664,36
Outras contas a pagar	13 168 620,52	116 479 017,61	111 535 523,35	18 112 114,78
Total	49 742 647,47	312 785 831,82	300 218 790,61	62 309 688,68

18.2.1 - Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de Outras contas a pagar tinha a seguinte decomposição:

Mapa 18.2.1 – Contas a pagar

Outras contas a pagar	2021	2020
Médio e Longo Prazo		
Outros credores	6 853,06	122 620,02
Curto Prazo		0,00
Credores por acréscimos	9 349 128,71	8 214 464,19
Credores por subscrição não libertadas	0,00	0,00
Cauções	6 893 831,23	4 116 175,07
Outros credores	1 869 154,84	837 981,26
TOTAL	18 118 967,84	13 291 240,54

18.3 - Participações financeiras

Durante o período findo a 31 de dezembro de 2021, o movimento ocorrido na quantia escriturada das participações financeiras, foi o seguinte:

Quadro 18.3 - Participações financeiras

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos			Diminuições			Quantia escriturada final	% de participação
		Compras	Reversões de perdas por imparidade	Outros	Alienações	Perdas por imparidade	Outros		
Participações financeiras - Método Equivalência Patrimonial	838 178,39	0,00	0,00	38 867 788,15	0,00	0,00	23 024 889,67	16 681 076,87	
MS - Matosinhos Sport, EM, S.A.	297 016,74						15 514,37	281 502,37	100,00
MH - Matosinhos Habitação, EM	541 161,65			282 538,15				823 699,80	100,00
STCP - Soc. Transportes Coletivos do Porto, E.I.M, S.A.	0,00			38 585 250,00			23 009 375,30	15 575 874,70	11,98
Participações financeiras - custo	3 789 781,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 789 781,00	
Leixões S. C. - Futebol, SAD	10 000,00							10 000,00	0,33
AdP - Águas do Douro e Paiva, S.A.	1 127 560,00							1 127 560,00	5,39
Metro do Porto, S.A.	5,00							5,00	0,00
Fundação de Serralves	100 000,00							100 000,00	0,65
Fundação Casa da Música	100 000,00							100 000,00	0,08
Adeporto - Agência de Energia do Porto	23 125,00							23 125,00	11,36
FAM - Fundo de Apoio Municipal	2 429 091,00							2 429 091,00	0,58
Outros ativos financeiros									0,00
TOTAL	4 627 959,39	0,00	0,00	38 867 788,15	0,00	0,00	23 024 889,67	20 470 857,87	

Sobre a participação do Leixões S.C. – Futebol SAD foi em 2013 constituída uma imparidade no valor da participação

Em 01 de janeiro de 2021, deu-se a Intermunicipalização da STCP, dando cumprimento do disposto no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 151/2019, de 11 de outubro, através da transferência de 7.717.050 ações, com um valor nominal de 5 euros, representativas de 11,98% do capital social da STCP - Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A. que estavam na posse do Estado através da Direcção-Geral do Tesouro.

As colunas de “Aumentos – Outros” e de “Diminuições – Outras” nas “Participações de capital – Método Equivalência Patrimonial” refletem os ajustamentos nas participações da Matosinhos Sport E.M., Matosinhos Habit, E.M. e STCP - Soc. Transportes Coletivos do Porto, E.I.M, S.A., em função dos respetivos resultados, derivados da aplicação do método de equivalência patrimonial.

Refere-se que os ajustamentos da STCP, E.I.M, S.A., foram efetuados com base em demonstrações financeiras provisórias aquando da prestação de contas individuais do Município de Matosinhos, tendo sido feito o ajustamento no consolidado da participação de capital com os valores definitivos na coluna da quantia escriturada final.

O ajustamento efetuado reflete o valor deduzido à participação no valor de 1.107.008,83€ mais o valor de 10.003,21€ correspondente ao Resultado Líquido do exercício do município na participada.

Nota 19 – Benefícios dos empregados

Os benefícios de empregados de curto prazo incluem salários, ordenados, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras retribuições adicionais determinadas legalmente em matéria laboral.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos do período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

De acordo com a legislação aplicável em matéria laboral, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir obrigatoriamente com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelos que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Mapa 19.1 - Gastos com o pessoal

Gastos totais reconhecidos na demonstração de resultados	31/12/2021	31/12/2020
Remunerações dos órgãos sociais e de gestão	503 325,01	476 063,55
Remunerações do pessoal	34 783 608,00	33 552 800,22
Indemnizações	37 035,77	35 154,63
Encargos Remunerações - Sistemas Proteção Social	7 921 090,52	7 552 253,53
Acid. no trab. e doenças profissionais - Acidentes no trabalho	109 375,23	79 190,55
Acid. no trab. e doenças profissionais - Seguro Acidentes Trab.	420 877,90	513 277,08
Outros gastos com o pessoal	567 588,66	616 844,57
Outros encargos sociais - Subsídios de parentalidade	44 780,12	56 576,71
Outros encargos sociais - Encargos com a saúde	1 034 623,46	790 243,71
Outros encargos sociais - Subsídio familiar a crianças jovens	98 475,41	109 331,24
Outros encargos sociais - Outras prestações familiares	50 608,35	74 637,93
Gastos com o pessoal	45 571 388,43	43 856 373,72

Nota 20 - Divulgações de partes relacionadas

Nos quadros abaixo segue demonstração das transações efetuadas entre as entidades do grupo municipal:

Quadro 20.1 - Divulgações de partes relacionadas - Listagem de Entidades controladas

Designação	Tipo Entidade	Sede	Capital Social	Participação	% Controlo		Controlo Final
					Direto	Indireto	
MATOSINHOSHABIT-MH, EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE MATOSINHOS, EM	EM	Rua de Alfredo Cunha, 99 - 1.º 4450-025 Matosinhos	264 362,89	823.699,80	100,00%		100,00%
MS - MATOSINHOS SPORT, EMPRESA MUNICIPAL DE GESTÃO E EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS E DE	EM, SA	Rua Nova do Estádio 4460-381 Sra. da Hora	50 000,00	281.502,37	100,00%		100,00%
STCP - SOCIEDADE TRANSPORTES COLETIVOS DO PORTO, E.I.M, S.A.	EIM, S.A.	Av. Fernão de Magalhães, Nº 1862 - 13º 4350-158 Porto	90 000 000,00	15 575 874,70	11,98%		11,98%

Quadro 20.2 - Divulgações de partes relacionados - Transações entre partes relacionadas

Entidade relacionada	Natureza do relacionamento	Transação			Saldo no fim do período
		Tipo	Quantia	% no total das transações	
MATOSINHOSHABIT-MH, EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE MATOSINHOS, EM	Entidade Controlada	Subsídios à exploração	300 000,00	5,74%	0,00
		Gastos	8 375,06	0,16%	0,00
		Investimentos em ativos não financeiros	976 602,32	18,67%	0,00
MS - MATOSINHOS SPORT, EMPRESA MUNICIPAL DE GESTÃO E EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS E DE LAZER, E.M., S.A.	Entidade Controlada	Subsídios à exploração	1 752 223,00	33,50%	0,00
		Investimentos em ativos não financeiros	495 008,45	9,46%	0,00
STCP - SOCIEDADE TRANSPORTES COLETIVOS DO PORTO, E.I.M, S.A.	Entidade Controlada	Compensação financeira pelo cumprimento de obrigações de serviço público	146 098,32	2,79%	1 777,62
		Contrato interadministrativo de delegação de competências de autoridade de transportes	1 552 260,73	29,68%	111 957,44

No que refere à relação entre as partes, a participação nos STCP é enquadrada nos termos da Lei 50/2012, de 31 agosto, art.º 7º e 19º conjugado com a Lei 73/2013 de 3 de setembro, o que nos remete para aplicação do método de equivalência patrimonial.

Uma entidade que exerce controlo conjunto ou influência significativa sobre uma participada deve contabilizar o seu investimento numa associada ou empreendimento conjunto usando o método da equivalência patrimonial de acordo com a NCP 23 (parágrafo 5).

Ao abrigo da Lei 50/2012 e após as demonstrações financeiras definitivas do STCP há lugar à compensação financeira do Município de Matosinhos na proporção da percentagem detida, no valor de 350.332,52€, tendo sido considerado esses valores nas demonstrações financeiras consolidadas.

Nota 21 – Relato por segmentos

A atividade do grupo municipal de Matosinhos não origina o relato de informação financeira descrita na NCP 25.

Nota 22 – Interesses em outras entidades

Os interesses em outras entidades encontram-se na nota 18.3.

Nota 23 – Outras divulgações

De seguida apresenta-se o detalhe de algumas rubricas do balanço e demonstração de resultados consolidados.

23.1 – Estado e Outros Entes Públicos

Mapa 23.1 – Estado e outros entes públicos

Estado e outros entes públicos	31/12/2021		31/12/2020	
	Saldos devedores	Saldos credores	Saldos devedores	Saldos credores
Retenção de impostos sobre rendimentos	11 383,55	19 117,70	2 767,49	278 107,53
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	174 710,53	100 995,97	157 055,69	73 619,19
IVA A pagar/recuperar	39 035,52	100 995,97	15 390,52	73 619,19
IVA Regularizações	135 675,01	0,00	141 665,17	0,00
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	46 053,11	0,00	90 901,79
Estimativa imposto+tributação autónoma+derrama	0,00	4 919,47	0,00	54 440,80
Pagamento por conta	623,64	0,00	0,00	0,00
TOTAL	186 717,72	171 086,25	159 823,18	497 069,31

23.2 – Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de Diferimentos tinha a seguinte decomposição:

Mapa 23.2 – Diferimentos

Diferimentos	Cta	31/12/2021		31/12/2020	
		Curto prazo	M/L prazo	Curto prazo	M/L prazo
Gastos a reconhecer		323 991,77	64 005,11	315 099,27	0,00
Transferências e subsídios concedidos com condições	27.1.3	0,00	0,00	41 868,58	0,00
Seguros	27.0	68 276,55	0,00	34 143,07	0,00
Rendas		38 012,99	0,00	36 519,55	0,00
Outros custos diferidos		217 702,23	64 005,11	202 568,07	0,00
Rendimentos a reconhecer		214 394,87	5 400 059,05	3 141 640,05	1 843 664,95
Rendas	27.1.1	46 444,70	0,00	25 189,10	0,00
	27.1.2				
Concessão EDP	27.2.2	0,00	0,00	2 948 227,61	0,00
Concessão Indáqua	27.5	167 605,90	1 676 059,05	167 605,90	1 843 664,95
Outros rendimentos diferidos ⁽¹⁾	27.7	344,27	3 724 000,00	617,44	0,00

(1) Valor relativo mencionado a M/L prazo refere-se à constituição de direito de superfície oneroso, por um período de 50 anos.

23.3 – Fornecimentos e Serviços Externos

Em 31 de dezembro de 2021, a rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos tinha a seguinte decomposição:

Mapa 23.3 – Fornecimentos e serviços externos

Fornecimentos e serviços externos	2021	2020
Subcontratos e parcerias	13 636 499,40 €	12 594 079,21 €
Serviços especializados	2 090 437,04 €	2 019 010,24 €
Publicidade, comunicação e imagem	1 132 749,55 €	918 224,38 €
Vigilância e segurança	1 521 578,13 €	1 312 759,60 €
Honorários	599 825,36 €	519 914,61 €
Comissões	1 296 794,00 €	1 125 130,99 €
Conservação e reparação	3 025 421,16 €	3 205 559,27 €
Outros serviços especializados	88 911,16 €	189 812,12 €
Materiais de consumo	132 665,46 €	330 640,23 €
Energia e fluidos	4 527 882,83 €	4 632 235,54 €
Deslocações, estadas e transportes	50 975,97 €	70 509,01 €
Rendas e alugueres	776 550,54 €	681 684,62 €
Comunicação	241 734,73 €	282 162,94 €
Seguros	341 976,23 €	383 083,35 €
Royalties	2 522,49 €	1 927,75 €
Contencioso e notariado	45 613,92 €	49 853,17 €
Despesas de representação dos serviços	12 479,63 €	10 804,69 €
Limpeza, higiene e conforto	699 206,28 €	832 173,90 €
Outros serviços	2 783 174,62 €	1 925 103,41 €
Total	33 006 998,50 €	31 084 669,03 €

23.4 - Outros Gastos

Em 31 de Dezembro de 2021, a rubrica de Outros Gastos apresenta a seguinte decomposição:

Mapa 23.4 – Outros Gastos

Outros Gastos	2021	2020
Outros gastos	5 189 879,47	6 630 213,04
Impostos e taxas	282 371,21	13 687,37
Dívidas incobráveis	0,00	18 497,91
Perdas em inventários	10 901,66	10 298,23
Alienações	0,00	42 845,39
Permutas	0,00	2 166 778,06
Abates	0,00	2 317 550,43
Correções de impostos relativos a períodos anteriores	2 228 311,11	450 054,80
Devolução de transferências e subsídios obtidos	48 306,62	
Outras correções relativas a períodos anteriores	1 751 364,69	477 837,31
Quotizações	129 060,43	122 347,69
Diferenças de câmbio desfavoráveis na atividade operacional	1,58	
Outros não especificados	739 562,17	1 010 315,85

ANEXO DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

Exercício de 2021

Demonstrações orçamentais

Por norma os sistemas orçamentais classificam as receitas de acordo com a natureza económica e fundos e as despesas segundo a natureza económica, administrativa, funcional e programática, esta última associada à orçamentação por programas ou por desempenho.

Os classificadores orçamentais são um elemento estruturante de qualquer sistema de gestão orçamental, pois definem a forma como os orçamentos são apresentados, executados e relatados, tendo uma correlação direta com a transparência e coerência do orçamento.

As demonstrações orçamentais são uma representação estruturada da execução e desempenho orçamental de uma entidade. Consequentemente, os objetivos das demonstrações orçamentais de finalidades gerais são o de proporcionar informação acerca do orçamento inicial, das alterações orçamentais, da execução das despesas e das receitas orçamentadas, dos pagamentos e recebimentos e do desempenho orçamental. ...” Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, NCP 26.

As presentes demonstrações orçamentais foram preparadas de acordo com a NCP 26 – Contabilidade de Relato Orçamental, estabelecida pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro (SNC-AP).

O SNC-AP introduziu o conceito de plano de contas multidimensional (PCM) para que a mesma estrutura de codificação possa promover a comparabilidade da informação financeira e orçamental entre as entidades públicas, fazendo parte dele o quadro de correspondência entre as rubricas orçamentais e as contas do PCM.

A Unileo definiu, no Manual de Implementação do SNC-AP, a correspondência entre os códigos da classificação económica da receita e da despesa, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro, e as rubricas das demonstrações orçamentais.

Da mesma forma, as fontes de financiamento foram associadas em quatro grandes grupos: Receitas gerais, Receitas próprias, União europeia e Empréstimos.

No que respeita à receita, o circuito manteve-se o mesmo, isto é: Liquidação, Anulação e Recebimentos. Os Reembolsos e Restituições deixaram de pertencer ao circuito da despesa

passando a ser apenas uma regularização de um recebimento indevido. Passou a existir o reconhecimento de montantes a liquidar em anos futuros.

Na despesa, mantiveram-se as fases do Cabimento, do Compromisso, da Obrigação, do Pagamento e da Reposição abatida ao pagamento, tendo passado a existir o reconhecimento de Obrigações em anos futuros.

Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas:

Período de relato, referencial contabilístico e demonstrações financeiras

O Município de Matosinhos adotou, com efeitos a 1 de janeiro de 2020, o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP). Nesse âmbito, as demonstrações financeiras consolidadas do Município foram elaboradas de acordo esse sistema contabilístico.

Perímetro

O paragrafo 23 da NCP 26 do SNC-AP define o perímetro de consolidação orçamental, que será composto pelo conjunto de entidades incluídas neste subsetor nas últimas contas setoriais publicadas pela autoridade estatística nacional, em cumprimento do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais. Com base nesse pressuposto o grupo municipal reflete-se da seguinte forma:

Entidade	Entidade incluída contas setoriais do INE	Incluir
Município de Matosinhos	Sim	Sim
Matosinhos Habit	Sim	Sim
Matosinhos Sport	Não	Não
STCP	Sim	Não

O perímetro para a consolidação orçamental é composto pelas entidades do Grupo que, no período contabilístico, integraram o orçamento do Orçamento do Estado e, por conseguinte, o perímetro de consolidação das administrações públicas, pelo que apenas engloba as entidades Município de Matosinhos e Matosinhos Habit.

Método de Consolidação

Aplicar-se-á o método de consolidação simples para efeitos de preparação de demonstrações orçamentais consolidadas sendo suportado pelas contas da Classe zero — Contabilidade Orçamental. Este método traduz -se na soma algébrica de rubricas equivalentes de obrigações, de pagamentos, de liquidações e de recebimentos das demonstrações orçamentais individuais das entidades pertencentes ao perímetro de consolidação e na posterior eliminação, tendo em consideração as entidades dependentes de cada um dos níveis de consolidação, dos saldos resultantes de obrigações e liquidações recíprocas por natureza, assim como dos saldos de pagamentos e recebimentos de operações internas por natureza.

Mapas Orçamentais

Os mapas da consolidação orçamental refletem-se pelas seguintes demonstrações:

Demonstração consolidada do desempenho orçamental

Uma demonstração de desempenho orçamental, evidencia as importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos ocorridos no período contabilístico, quer se reportem à execução orçamental, os correspondentes saldos (da gerência anterior e para a gerência seguinte, saldo global, saldo corrente, saldo de capital e saldo primário).

Demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza

Uma demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza, evidencia as importâncias relativas a todos os direitos e obrigações no final do período contabilístico, ao nível orçamental.

Transferências e Subsídios Concedidos e Obtidos

As transferências obtidas quer ao nível de corrente como de capital representam quase 40% da receita efetiva do grupo municipal orçamental. Balanceando com os 16% da despesa efetiva.

Dos movimentos ocorridos nas transferências foi eliminado o valor dos subsídios atribuídos à Matosinhos Habit, relativo ao contrato programa no valor de 300.000€.

Transferências e Subsídios Obtidas

Outros Gastos	2021
Transferências e subsídios correntes obtidos	53 709 027,53
Transferências correntes	37 636 143,60
Transferências capital	16 072 883,93
Subsídios	0,00
TOTAL	53 709 027,53

Transferências e Subsídios Concedidas

Outros Gastos	2021
Transferências e subsídios concedidos	
Transferências correntes	17 077 600,78
Transferências capital	2 425 102,38
Subsídios	4 213 366,88
	0,00
TOTAL	23 716 070,04

8

Certificação Legal de Contas



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Grupo Público Município de Matosinhos (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 754.739.906 euros e um total de património líquido de 676.301.623 euros, incluindo um resultado líquido de 3.475.380 euros), a demonstração dos resultados por natureza consolidada, a demonstração consolidada das alterações no património líquido, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reserva”, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do Grupo Público Município de Matosinhos em 31 de dezembro de 2021, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião com reservas

Apesar das diligências encetadas pelo Grupo Público Município de Matosinhos junto das Entidades Concessionárias, até à presente data não foram disponibilizadas as informações necessárias ao registo da totalidade dos ativos concessionados, nem dos investimentos efetuados por aquelas entidades dentro do período de concessão, conforme preconizado na NCP 4 - Acordos de concessão. Adicionalmente, no que diz respeito ao contrato de concessão estabelecido com a EDP - Distribuição de Energia, SA, atualmente designada por E-REDES - Distribuição de Eletricidade SA, aguarda-se ainda informação definitiva sobre os termos do novo contrato.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das Entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e

cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reserva.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório consolidado de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras consolidadas representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais

Auditamos as demonstrações orçamentais consolidadas anexas do Grupo que compreendem a demonstração consolidada do desempenho orçamental (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 218.660.166 euros e um total de despesa paga líquida de reposições de 151.353.770 euros) e a demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza em 31 de dezembro de 2021.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais consolidadas. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram

cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que as demonstrações orçamentais consolidadas anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Sobre o relatório consolidado de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reserva” do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, e exceto quanto ao facto de não conter as divulgações aplicáveis ao subsetor da administração local, previstas na NCP 27 – Contabilidade de Gestão, somos de parecer que o relatório consolidado de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e as demonstrações orçamentais consolidadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Grupo, não identificamos incorreções materiais.

Porto, 22 de junho de 2022

CROWE & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por Carla Manuela Serra Geraldes, ROC
Registo na OROC n.º 1127
Registo na CMVM n.º 20160739

RELATÓRIO E PARECER SOBRE AS CONTAS CONSOLIDADAS

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas consolidadas do Grupo Público Município de Matosinhos (o Grupo), relativos ao ano findo em 31 de dezembro de 2021, os quais são da responsabilidade do Órgão de Gestão do Grupo.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a evolução da atividade do Grupo, bem como das principais entidades englobadas na consolidação, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal em vigor, tendo recebido do órgão de gestão e dos diversos serviços do Grupo as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço consolidado em 31 de dezembro de 2021, a Demonstração dos resultados por natureza consolidada, a demonstração consolidada das alterações no património líquido, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa e o correspondente Anexo. Adicionalmente, analisámos o Relatório Consolidado de Gestão e as demonstrações orçamentais consolidadas do ano de 2021. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas Consolidadas que inclui uma reserva, e onde concluímos que o Relatório de Gestão não contém as divulgações aplicáveis ao subsetor da administração local, prevista na NCP 27 – Contabilidade de Gestão.

Face ao exposto, somos de opinião que as demonstrações financeiras consolidadas supra referidas, o Relatório Consolidado de Gestão e as demonstrações orçamentais consolidadas estão de acordo com as disposições contabilísticas e legais aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados.

Desejamos ainda manifestar ao Órgão de Gestão e aos serviços do Município de Matosinhos o nosso apreço pela colaboração prestada.

Porto, 22 de junho de 2022

CROWE & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por Carla Manuela Serra Geraldes, ROC
Registo na OROC n.º 1127
Registo na CMVM nº 20160739